

PROTOCOLO GERAL
Nr 64307.012146/2022-50



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidades-Escola/1945)
"BRIGADA LOBO D'ALMADA"

ASSUNTO
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nº 06/2022

09

Josiel Alves de Sousa Júnior
LIT 01/01/2022 4715-2 MD/EB

2022

SEÇÃO DE LICITAÇÕES

Interessado: Grupo de Operações de Inteligência /1ª Bda Inf SI

Assunto: Processo de Inexigibilidade de Licitação Nº 06/2022
Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado.
Atender Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Anexos:

Movimento do Processo

DESTINO	DATA	MILITAR	ASS
01			
02			
03			
04			
05			
06			
07			
08			
09			
10			
11			
13			





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola – 1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE Nr 09/2022
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nr 64124.001945/2020-87

OBJETO: Aquisição de Drone.

FUNDAMENTO: Caput do Art. 25 nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

ITEM	DOCUMENTO	PÁG
1	Termo de abertura	01
2	Parte requisitória nº 126 – Gp Op Itlg/1ª Bda Ins SI	02
3	Justificativa para Contratação Direta por Inexigibilidade de Licitação	03
4	Termo de Inexigibilidade de Licitação	04 - 05
5	Solicitação do Orçamento	06 - 09
7	Proposta Comercial nº 22020 -- NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVE LTDAFI/DRMER/2020	10 - 15
8	Declaração de preço de mercado	16
9	Atestado exclusividade	17
10	Nota de Crédito	18
11	Certidões	19 - 21
12	Ofício para AGU	22 - 23
13	Ofício / Parecer da CJU-RR/CGU/AGU	24 - 34
14	Motivação do Ato Administrativo	34.1
15	Anexos em resposta ao Ato Administrativo	35 - 71
16	Lançamento da Inex	72
17	Dou	73
18	Certidões	74 - 75
19	Nota de Empenho	76 - 77
20	Termo de encerramento	78



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola – 1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

TERMO DE ABERTURA

ASSUNTO: INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 06 / 2022- 1ª Bda Inf SI

AMPARO LEGAL: Art. 25, "CAPUT", da Lei Nº 8.666/93.

Aos 6 dias do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta cidade de Boa Vista, na sede da 1ª Brigada Infantaria de Selva, lavro a abertura do processo licitatório de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 06/2022, NUP: **64307.012146/2022-50**, ao qual será juntado oportunamente, dependendo do caso, a documentação listada no Art. 25, Inc. I na Lei Nº 8.666/93.


RODRIGO MACIEL LESSA – TC
Cmt do Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI





MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

FOLHA Nº 02

RUBRICA

DIEx nº 126 -GOI/1ª Bda Inf SI
EB: 64307.012146/2022-50

Boa Vista, RR, 6 de outubro de 2022.

Do Cmt Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI

Ao Sr Fiscal Administrativo do Cmdo 1ª Bda Inf SI

Assunto: Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Anexo:

1. Versa o presente expediente sobre empenho, para aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado, para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

2. Justificativa: Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado, tendo em vista a atuação desse órgão em atividade de assessoramento operacional direto em todo território do Estado de Roraima, em áreas de difícil acesso, que demandam, para tanto, do equipamento supracitado devido à sua autonomia de voo exclusiva no mercado nacional, de 60 minutos, capaz de agregar os sensores necessários a aquisições de imagens RGB de 24 Mp para confecção de ortomosaicos, a monitoramento em tempo real em HD e a aquisições de imagens termais para operações noturnas:

FORNECEDOR	NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA - CNPJ: 14.854.552/0001-71				
PREGÃO	INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2022				
DADOS NC	2022NC016439, de 04OUT2022	ND	449052	PI	A1DTDEFCTRL
TIPO					
NE	1323				

A CARGO DO EMPENHADOR											
Grupo	ITEM	SI	DESCRIÇÃO	UND	QTD	RS UNIT	RS TOTAL	QT D	RS TOTAL	RESP	RUB
			Drone Spectral 2 com acessórios.	und	1	210.000,00	210.000,00	1	209.948,00	3365	80866
TOTAL							RS210.000,00		209.948,00		80866

RODRIGO MACIEL LESSA - TC
Cmt do Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI

PARECER DO FISCAL ADMINISTRATIVO

☒ Sou de parecer FAVORÁVEL à aquisição do material / serviço requisitado.

☐ Sou de parecer DESFAVORÁVEL à aquisição do material / serviço requisitado, tendo em vista:

Quartel-General em Boa Vista - RR, 07 / 10 / 2022.

ADILSON BATISTA DE OLIVEIRA - TC

Fisc Aqm Cmdo 1ª Bda Inf SI

DESPACHO DO ORDENADOR DE DESPESAS

☒ DEFIRO:

1. Ordeno a aquisição do material/serviço requisitado;
2. A SALC emita Nota de Empenho, submetendo-a a este OD.

☐ INDEFIRO, tendo em vista:

- ☐ O requisitante promova as alterações indicadas;
☐ Arquive-se.

Quartel-General em Boa Vista - RR, 07 / 10 / 2022.

ADRIANO MARTINS SOUZA - Cel

OD Cmdo 1ª Bda Inf SI



03 #P

**MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola – 1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA**

**JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO DIRETA POR
INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**

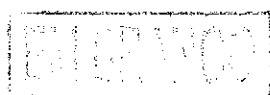
A contratação da NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA, faz-se necessária para Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado Modelo DRONE SPECTRAL 2, para utilização do Grupo de Operações de inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI), tendo em vista a atuação desse órgão em atividade de assessoramento operacional direto em todo território do Estado de Roraima, em áreas de difícil acesso, que demandam, para tanto, do equipamento supracitado devido à sua autonomia de voo exclusiva no mercado nacional, de 60 minutos, capaz de agregar os sensores necessários a aquisições de imagens RGB de 24 Mp para confecção de ortomosaicos, a monitoramento em tempo real em HD e a aquisições de imagens termais para operações noturnas.

Justifica-se sua realização de forma direta, por inexigibilidade de licitação, face à inviabilidade de competição, considerada a exclusividade do fornecimento do referido material pela NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA, da qual consta declaração emitida pela Associação Comercial e Empresarial de Presidente Prudente (ACIPP), Estado de São Paulo, do documento de Fl _____.

Desta forma, firmamos a presente justificativa para aquisição pela flagrante inviabilidade de competição, atestada a exclusividade no fornecimento prevista no inciso I do artigo 25, da Lei nº 8.666/93, nos termos expostos.

Boa Vista, RR, 6 de outubro de 2022.

ADRIANO MARTINS SOUZA – Cel
Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva





04 #10

MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidades-Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

**TERMO DE JUSTIFICATIVA, DEMONSTRATIVO DAS NECESSIDADES E
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

1. PROPÓSITO

Cumprir o previsto no inciso I, do Art. 25, da Lei 8.666 de, 21 de junho de 1993, atendendo o DIEx requisitório nº 126 -GOI/1ª Bda Inf SI, 06 de Outubro de 2022, tendo por objeto a Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

2. DEMONSTRATIVO DA NECESSIDADE

2.1 Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado, tendo em vista a atuação desse órgão em atividade de assessoramento operacional direto em todo território do Estado de Roraima, em áreas de difícil acesso, que demandam, para tanto, do equipamento supracitado devido à sua autonomia de voo exclusiva no mercado nacional, de 60 minutos, capaz de agregar os sensores necessários a aquisições de imagens RGB de 24 Mp para confecção de ortomosaicos, a monitoramento em tempo real em HD e a aquisições de imagens termais para operações noturnas:

2.2 Por força do disposto no Art. 37, XXI, da Constituição Federal de 1988, em regra as contratações da Administração Pública são precedidas de licitação, na forma da Lei 14.133. Mas, em certos casos o procedimento licitatório é dispensado conforme Art. 25 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993;

2.3 O inciso I do Art. 25, estabelece que é inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial: *I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;*

3. JUSTIFICATIVA

A contratação da NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA, faz-se necessária para Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado Modelo DRONE SPECTRAL 2, para utilização do Grupo de Operações de inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI), tendo em vista a atuação desse órgão em atividade de assessoramento operacional direto em todo território do Estado de Roraima, em áreas de difícil acesso, que demandam, para tanto, do equipamento supracitado devido à sua autonomia de voo exclusiva no mercado nacional, de 60 minutos, capaz de agregar os sensores necessários a aquisições de imagens RGB de 24 Mp para

1951

05 #
confeção de ortomosaicos, a monitoramento em tempo real em HD e a aquisições de imagens
termas para operações noturnas.

3.1 - LOCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO TREINAMENTO

A realização do serviço de treinamento para dois operadores deverá ser realizada na sede da empresa no seguinte endereço: Rua Vicente Furlanetto, 765. CEP 19053-250- Presidente Prudente-SP, sem ônus para a contratante, correndo por conta da empresa todas as despesas decorrentes de impostos, serviços de terceirizados, seguros, embalagens, mão de obra, etc, exceto transporte do pessoal até o local de realização do curso.

4. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas que forem originadas pelo PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 64307.012146/2022-50 são compatíveis com a Lei Orçamentária Anual. As despesas decorrentes da contratação desta dispensa de licitação correrão à conta dos recursos consignados à 1ª Brigada de Infantaria de Selva, no Orçamento Geral da União do Exercício de 2022, sob a seguinte classificação: PTRES 192324; PI A1DTDEFCTRL; ND 449052; nos termos da NC Nr 2022NC016439, de 04OUT22, descentralizada para esta UG 160482 – Cmdo 1ª Bda Inf SI.

5. LOCAL DE ENTREGA

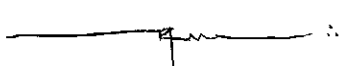
Unidade	Telefone	Endereço de entrega/prestação de serviço
Cmdo 1ª Bda Inf SI	(95) 3624-8107 (95) 3198-2300	Av. Marquês de Pombal, nº s/n - Setor Militar Marechal Rondon, Bairro 13 de setembro - CEP 69.308-515 - BOA VISTA/RR

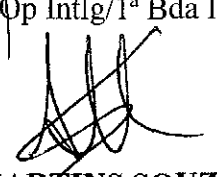
6. CONCLUSÃO

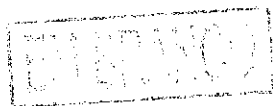
6.1 Analisando os autos verificou-se que no procedimento de aquisição do serviço, o valor orçado não ultrapassa o limite estabelecido para Dispensa de Licitação e autorizo a realização da despesa do objeto requerido pelo DIEx requisitório nº 126 -GOI/1ª Bda Inf SI, de 06OUT22, a ser realizada.

6.2 Devido à necessidade de Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, realizo a dispensa de licitação.

Quartel-General em Boa Vista, RR, 06 de Outubro de 2022.


RODRIGO MACIEL LESSA – TC
Cmt do Gp Op Intlq/1ª Bda Inf SI


ADRIANO MARTINS SOUZA – Cel
Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



06 11

Ebmail

lessa.rodrico@eb.mil.br

Re: Proposta comercial - Drone Spectral 2

De : Roberto Silva Ruy <roberto@nuvemuav.com>

Qui, 06 de Out de 2022 17:51

Assunto : Re: Proposta comercial - Drone Spectral 2

5 anexos

Para : lessa rodrigo <lessa.rodrico@eb.mil.br>**Cc :** Lays Nuvem UAV <lays@nuvemuav.com>

TC Rodrigo, boa tarde.

Segue anexa a proposta solicitada. Também envio a declaração e atestado solicitados.

Att,

Em 6 de out de 2022, à(s) 12:23, Lays S. Fernandes <lays@nuvemuav.com> escreveu:

Atenciosamente,

<assinatura.png>

Begin forwarded message:

From: TC Lessa <lessa.rodrico@eb.mil.br>**Subject:** Proposta comercial - Drone Spectral 2**Date:** 6 October 2022 12:10:57 GMT-3**To:** email@nuvemuav.com

Bom dia,

Aqui é o TC Rodrigo Lessa, da 1a Brigada de Infantaria de Selva.

Solicito à Nuvem UAV uma proposta comercial para o Drone Spectral 2, com: câmera RGB 24 Mp, câmera termal FLIR VUE PRO

111111

R, sistema de transmissão de vídeo em tempo real em HD, duas baterias extras, quatro hélices extras, software para planejamento de missão, um rádio controle, um link de telemetria, uma case de transporte e treinamento para dois operadores na sede da empresa. Na proposta, solicito constar a validade de 45 dias e o prazo de entrega de 30 dias.

Solicito, ainda, que seja remetida em anexo uma declaração da empresa de que os valores constantes deste orçamento para órgão público é o mesmo que a empresa pratica para venda privada e um atestado de exclusividade dessa drone de características especiais.

Att,

 **P22020 Proposta Spectral - Rodrigo.pdf**
1 MB

 **Atestado Exclusividade Spectral.pdf**
579 KB

 **Declaração Proposta .pdf**
226 KB

 GráficoColado **GráficoColado-1.tiff**
18 KB

 **smime.p7s**
3 KB

De : TC Lessa <lessa.rodrigo@eb.mil.br>

Qui, 06 de Out de 2022 15:10

Assunto : Proposta comercial - Drone Spectral 2

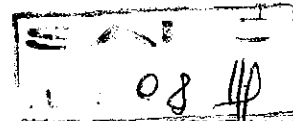
Para : email@nuvem UAV

Bom dia,

Aqui é o TC Rodrigo Lessa, da 1a Brigada de Infantaria de Selva.

Solicito à Nuvem UAV uma proposta comercial para o Drone Spectral 2, com: câmera RGB

1967



24 Mp, câmera termal FLIR VUE PRO R, sistema de transmissão de vídeo em tempo real em HD, duas baterias extras, quatro hélices extras, software para planejamento de missão, um rádio controle, um link de telemetria, uma case de transporte e treinamento para dois operadores na sede da empresa. Na proposta, solicito constar a validade de 45 dias e o prazo de entrega de 30 dias.

Solicito, ainda, que seja remetida em anexo uma declaração da empresa de que os valores constantes deste orçamento para órgão público é o mesmo que a empresa pratica para venda privada e um atestado de exclusividade dessa drone de características especiais.

Att,

RECEIVED
JAN 10 1960

Buscar



Ações

Proposta comercial - Drone Spectral 2

De: Roberto Silva Ruy

6 de outub

Para: lessa rodrigo

Cc: Lays Nuvem UAV

P22020 Proposta...tral - Rodrigo.pdf (https://ebmail.eb.mil.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=620&part=1.2.2) (1 MB) [Fa](#)
Declaração Proposta .pdf (https://ebmail.eb.mil.br/service/home/~/?auth=co&loc=pt_BR&id=620&part=1.2.6) (225,8 KB) [Fazer dov](#)
[Fazer download de todos os anexos](#) (<https://ebmail.eb.mil.br/service/home/~/?auth=co&id=620&filename=Re%20Proposta%20co>)
[Remover todos os anexos](#)

TC Rodrigo, boa tarde.

Segue anexa a proposta solicitada. Também envio a declaração e atestado solicitados.

Att,

Em 6 de out de 2022, à(s) 12:23, Lays S. Fernandes <lays@nuvemmuav.com> escreveu:

Atenciosamente,

<assinatura.png>

Begin forwarded message:

From: TC Lessa <lessa.rodrigo@eb.mil.br>
Subject: Proposta comercial - Drone Spectral 2
Date: 6 October 2022 12:10:57 GMT-3
To: email@nuvemmuav.com

FILE NO. 1

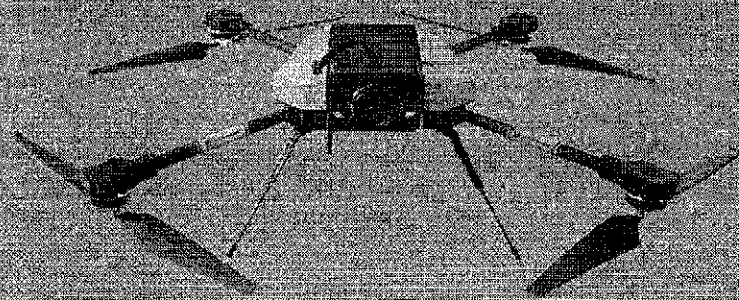


PROPOSTA TÉCNICA/COMERCIAL P22020

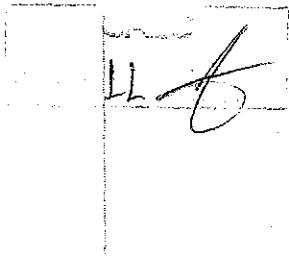
Presidente Prudente, 6 de outubro de 2022

A/C

TC Rodrigo Lessa



Objeto: Fornecimento de Veículo Aéreo Não Tripulado

 **DADOS DA EMPRESA**

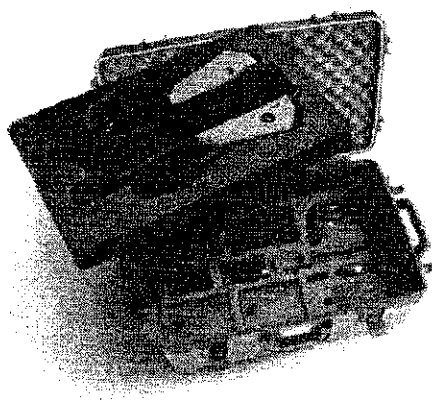
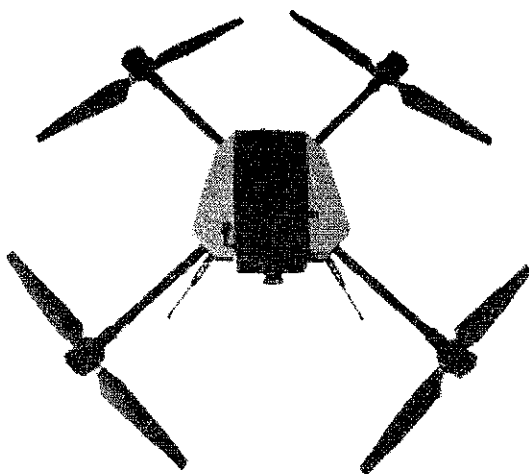
NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA
CNPJ: 14.854.552/0001-71
Rua Vicente Furlanetto, 765. CEP: 19053-250
Presidente Prudente – SP
www.nuvemuav.com.br

Contato:

Roberto da Silva Ruy
+55 18 99764 6668
roberto@nuvemuav.com

1. OBJETO DA PROPOSTA

Esta proposta contempla o fornecimento de uma unidade do Veículo Aéreo Não Tripulado modelo Drone Spectral 2.





2. O PRODUTO



Informações

- Nome: Drone Spectral 2
- Fabricante: Nuvem UAV Indústria de Aeronaves Ltda.

Características e benefícios

- Eletrônica embarcada em estrutura rígida e blindada contra EMI (Interferência eletro-magnética, gerada por torres de energia/celular) – maior proteção e segurança operacional
- Todos os componentes são testados por 240h contínuas antes de serem embarcados na aeronave.

Informações Técnicas

- Aeronave do tipo asa rotativa em fibra de carbono
- Autonomia de voo de 60 minutos. A autonomia é garantida em condições ISA (Atmosfera padrão internacional)
- Link de comunicação para 6 km de alcance
- Velocidade de cruzeiro: 14 m/s
- Gymbal para correção de ângulo de navegação da aeronave
- Peso do equipamento (Já incluso câmara de 200gr e bateria): 2,9 kg
- Resistência ao vento de 45 km/h
- Propulsão elétrica
- Alimentação de energia por bateria
- Decolagem, navegação e pouso automáticos.
- Tempo de preparação do equipamento em campo inferior a 5 minutos sem o uso de ferramentas
- Software de planejamento e controle de voo: QGROUND Control
- Interface de indicação em tempo real de status de bateria, localização e instrumentos de navegação, piloto automático redundante, sistema de navegação por inercial em caso de



falha do GPS, além de outros mecanismos internos de segurança e controle de possíveis falhas

Sensores compatíveis:

- Nuvem 24MP com lente 25 mm foco fixo
- Micasense Rededge M/MX
- Micasense Altum
- Parrot Sequoia
- FLIR Duo Pro/ Flir Tau

Treinamento

- Treinamento de operação da plataforma:
 - Local: Sede da Nuvem UAV;
 - Treinamento incluso para até 2 pessoas indicadas pela Contratante.
 - Treinamento:
 - Reunião técnica de abertura para apresentação do produto, contemplando: informações técnicas do equipamento; modos de operação segura; check list pré e pós voo; detecção e análise de defeitos e panes; reparos simples em nível de usuário. Análise e reconhecimento de áreas de voo e das aplicações do usuário; Planejamentos de voo;
 - Treinamento prático de operação do equipamento;
 - Processamento de dados.

Suporte, Assistência Técnica e Garantia

- Será fornecido serviço de suporte e assistência técnica nacional do produto nos seguintes termos: Contato com equipe de desenvolvimento e suporte do sistema via telefone e e-mail, para a solução de dúvidas e orientação em dificuldades técnicas.
 - A assistência técnica incidirá sobre a versão do sistema objeto do presente contrato. Será disponibilizada à licenciada a versão mais recente do pacote de softwares. O usuário deverá seguir a documentação técnica do equipamento.
 - Durante a vigência do contrato a licenciada terá direito a revisões do sistema objeto deste contrato. As revisões não incluem custos de transporte, horas de mão-de-obra e materiais

para reparos de partes ou sensores danificados, que serão cobrados em orçamento à parte.

- Os serviços de assistência técnica são efetuados na sede da contratada.
- Garantia dos produtos contra defeitos de fabricação: 12 meses ou 100h

Itens inclusos na proposta

- 1 drone Spectral, conforme especificações desta proposta
- Software para planejamento da missão de voo e navegação da aeronave
- 1 Rádio controle do Spectral
- 1 link de telemetria do Spectral
- Case de transporte
- Treinamento de operação conforme descrito nesta proposta
- Documentação:
 - Manual de operação da aeronave com check list pré-voo e pós-voo
 - Folder e ficha técnica do equipamento

3. PREÇOS

4. ITEM	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO (R\$)	VALOR TOTAL À VISTA (R\$)
Drone Spectral 2	1	69.748,00	69.748,00
Câmera RGB 24 megapixels	1	21.000,00	21.000,00
Câmera termal FLIR VUE PRO R	1	52.500,00	52.500,00
Câmera de vídeo HD com transmissão de vídeo em tempo real	1	48.800,00	48.800,00
Bateria extra Spectral	2	7.950,00	15.900,00
hélice	4	500,00	2.000,00
TOTAL		R\$ 209.948,00	

Formas de pagamento:

- À vista

19

5. PRAZO DE ENTREGA



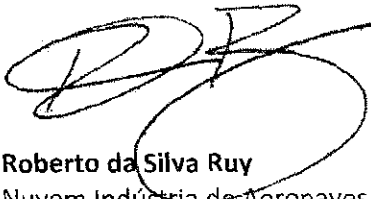
30 dias a contar da data e assinatura do contrato*.

*Pode haver variações no prazo em função da liberação alfandegária de peças importadas.

6. VALIDADE

A validade desta proposta é de 45 dias, contados a partir da data de recebimento da proposta.

Atenciosamente,



Roberto da Silva Ruy
Nuvem Indústria de Aeronaves Ltda.



Presidente Prudente, 6 de outubro de 2022.

DECLARAÇÃO

A **NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob n.º 14.854.552/0001-71, com sede na Rua Vicente Furlanetto, 765 - Jd. Rio 400, cidade de Presidente Prudente – SP, declara que os valores contidos na Proposta P22020, apresentada ao Sr. TC Rodrigo Lessa, são os mesmos praticados pela Nuvem UAV a quaisquer outros clientes que buscam adquirir seus produtos no mercado brasileiro.

Sem mais.

Atenciosamente,

ROBERTO DA
SILVA
RUY:2145669884
2

Assinado de forma
digital por ROBERTO DA
SILVA RUY:21456698842
Dados: 2022.10.06
14:50:58 -03'00'

Roberto da Silva Ruy
Representante Legal
NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA.

FRANCO



ATESTADO

A Associação Comercial e Empresarial do Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, ATESTA para os devidos fins que em conformidade com a documentação que consta em seus arquivos, a empresa NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA., CNPJ 14.854.552/0001-71, é a fabricante e fornecedora exclusiva no Brasil, do drone (VANT - Veículo Aéreo Não Tripulado) modelo SPECTRAL, cujas características encontram-se listadas abaixo, sendo, portanto, a única empresa autorizada a comercializar o referido equipamento no Brasil, bem como a executar serviços de manutenção, assistência técnica e treinamento para o drone SPECTRAL.

Características do drone SPECTRAL:

- Drone do tipo quadricóptero de pequeno porte construído em fibra de carbono.
- Operação elétrica com bateria de Litium Íon.
- Eletrônica embarcada em estrutura rígida e blindada contra interferência eletro-magnética.
- Autonomia de voo de 60 minutos (Condições ISA).
- Integração com câmeras RGB, Multispectrais e termais, e sensores de posicionamento PPK.
- Sistema de estabilização gimbal de 1 eixo.
- Alcance de telemetria de 6 km.
- Homologação de link de comunicação pela ANATEL.
- Software de planejamento e operação de voo NCONTROL.

Presidente Prudente – SP, 08 de março de 2022.

Associação Comercial e Empresarial de Presidente Prudente - SP

Associação Comercial e Empresarial de Pres. Prudente
Rua Siqueira Campos, 602 - 1º Andar, Centro - CEP 19010-06
Presidente Prudente - SP | Tel: (18) 2101 1500
CNPJ: 56 350 706/0001 71



Rua Siqueira Campos, 602 - Centro - Presidente Prudente
www.acipp.com.br

ETERNAL

Nota de Crédito Nº 2022NC016439 da UG 160482									
NÚMERO		2022NC016439 ✓							
USUARIO		890.953.597-00							
TERMINAL USUARIO		AWV40781							
DATA DA TRANSACAO		04/10/22							
HORA DA TRANSACAO		15:01							
UG DO OPERADOR		160539							
EMISSAO		04/10/22							
UG FAVORECIDA		160482							
GESTAO FAVORECIDA		1							
OP CAMBIAL		0.0000							
TEXTO DA OBSERVACAO		AQUISICAO DE DRONE DE CONFIGURACOES ESPECIAIS. OP CONTROLE EMPENHO IMEDIATO. ALTERACAO DE ND MEDIANTE SOLICITACAO E AUTORIZACAO DO COTER. ATENDE DIEX Nº DIEX Nº 12535-DGOF/CH EMP F TER/COTER DE 03 OUT 22.							
MES LANCAMENTO		OUTUBRO							
QT LANCAMENTO		4							
NR ORIGINAL									
SISTEMA ORIGEM									
NR TRANSFERENCIA									
DADOS CONTABEIS DA NOTA DE CRÉDITO 2022NC016439									
LINHA	EVENTO	ESF	PTRES	FONTE	ND	UGR	PI	VALOR	
1	300065	1	192324	0100000000	449052	110407	A1DTDEFCTRL	210.000,00	

CONFIDENTIAL



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 06/10/2022 10:56:17

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA.**
CNPJ: **14.854.552/0001-71**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta** ✓

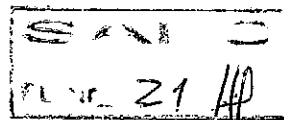
Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

RELEASE

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

1930



Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.854.552/0001-71 DUNS®: 901173791
Razão Social: NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA.
Nome Fantasia: NUVEM UAV
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/11/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Documento(s) assinalado(s) com "*" está(ão) com prazo(s) vencido(s).

Fornecedor possui alguma pendência no Nível de Cadastramento indicado. Verifique mais informações sobre pendências nas funcionalidades de consulta.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	08/11/2022
FGTS	Validade:	24/10/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	08/01/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal (Possui Pendência)

Receita Estadual/Distrital	Validade:	25/11/2022
Receita Municipal	Validade:	10/09/2022 (*)

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2023

CHAND



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 11/2022
(Processo Administrativo nº 64307.002728/2022-28)

OFÍCIO Nº 30-Lic/SALC/1ª Bda Inf SI

Boa Vista-RR, 10 de outubro de 2022.

Senhora

ELENA NATCH FORTES

Coordenadora-Geral da Consultoria Jurídica da União no Estado de Roraima
Rua Sousa Junior, Nº 927, Bairro São Francisco. CEP: 69.301-011

Boa Vista-RR

Assunto: **Apreciação Jurídica.**

Senhora Coordenadora-Geral,

Encaminho o Processo Administrativo abaixo descrito, para exame e aprovação jurídica por essa Consultoria Jurídica da União no Estado de Roraima, de acordo com o art. 38 da Lei nº 8.666/93, conforme **formulário** para tramitação:

Modalidade: Inexigibilidade de Licitação	TERMO ADITIVO, SE FOR O CASO: Não é o caso. DATA LIMITE VENC. CONTRATO: Não é o caso.
NUP: 64307.012146/2022-50	Nº de volumes: 1
Objeto: Aquisição de Veículo Aéreo não Tripulado para atender o Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.	Telefones/Responsáveis: (95) 3198-2371
Sigla do Órgão: 1ª Bda Inf SI	E-mail: slc.bda@1bdainfsl.eb.mil.br
	Valor: R\$ 210.000,00
MODELOS DA AGU	
EDITAL E ANEXO: Foram adotados? () SIM (X) NÃO	
Qual o modelo utilizado: Não é o caso	
Edital modelo para Pregão Eletrônico: Não é o caso	
Houve alteração?	Não



PREENCHIMENTO OBRIGATÓRIO

Assunto /Objeto: **Aquisição de Veículo Aéreo não Tripulado para atender o Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.**

IDENTIFICAÇÃO DO TEMA:

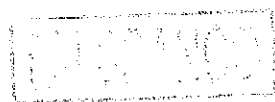
(OBS: De acordo com os conceitos listados abaixo, sendo possível marcar mais de uma opção se o caso admitir)

AQUISIÇÕES — Processos e consultas relativas à aquisição onerosa de bens mediante fornecimento único ou parcelado.	X	OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA	Não é o caso
SERVIÇOS COM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Não é o caso	PATRIMÔNIO	Não é o caso
SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA	Não é o caso	RESIDUAL	Não é o caso
CONCILIAÇÃO E REPRESENTAÇÃO EXTRAJUDICIAL			Não é o caso.
OBSERVAÇÃO: Não é o caso.			



ADRIANO MARTINS SOUZA – CEL

Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



29/6



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RORAIMA
GABINETE CJU/RR
RUA SOUZA JÚNIOR, 927, SÃO FRANCISCO, BOA VISTA, RR, CEP: 69305-040
e-mail: cju.rr@agu.gov.br / Fone: (95) 98405-2194 (whatsapp)

OFÍCIO Nº 513/2022/CJU-RR/CGU/AGU

Boa Vista/RR, 18 de outubro de 2022.

Ao Senhor,

CEL. ADRIANO MARTINS SOUZA

Ordenador de despesas

1ª Brigada de Infantaria de Selva – Grupamento de Unidades

Comando Militar da Amazônia/MD – Brigada Lobo D'ALMADA

Senhor ordenador,

Em atenção ao NUP: Nº 64307.012146/2022-50 encaminho o PARECER n. 4947/2022/NUCJUR/CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU, anexo, para observação das recomendações e, após, pelo prosseguimento no âmbito dessa Unidade Militar, em cumprimento ao parágrafo-único do artigo 38 da Lei 8.666/93.

A conclusão do Parecer foi exarada nos seguintes termos:

"IX - CONCLUSÃO

97. Em razão do exposto, tomando por base a documentação e as informações submetidas ao nosso exame, as quais são de inteira responsabilidade de quem as emitiu, abstraídos os aspectos técnicos, os quais fogem à competência da análise desta área jurídica, inclusive os de oportunidade, conveniência e preço na formalização do instrumento, conclui-se pela existência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, os quais restarão superados desde que observadas as recomendações emitidas ao longo do parecer e, em especial, os parágrafos 20, 32 a 35, 52, 60, 67, 68 a 73, 82, 83, 90 e 95.

98. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, será possível dar-se o prosseguimento do processo, nos seus demais termos, sem nova manifestação da E-CJU/AQUISIÇÕES.

99. Em consonância com o disposto no art. 21, caput, do Anexo da Portaria E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU nº 1, de 17/07/2020, que aprova o regimento interno da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Aquisições (e-CJU/Aquisições), a presente manifestação não necessita da aprovação da autoridade superior.

Juiz de Fora, 17 de outubro de 2022.

CLARICE MENDES LEMOS

ADVOGADA DA UNIÃO

SIAPE 1507697

CLARICE.LEMOS@AGU.GOV.BR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64307012146202250 e da chave de acesso 586ec164



Documento assinado eletronicamente por CLARICE MENDES LEMOS DE SOUZA LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1012726338 e chave de acesso 586ec164 no endereço eletrônico <https://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CLARICE MENDES LEMOS DE SOUZA

LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 17-10-2022 15:21. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1."

Atenciosamente,

ELENA NATCH FORTES
ADVOGADA DA UNIÃO

CONSULTORA JURÍDICA DA UNIÃO NO ESTADO DE RORAIMA-CJU/RR/CGU/AGU

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64307012146202250 e da chave de acesso 586ce164

Documento assinado eletronicamente por ELENA NATCH FORTES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1015311522 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ELENA NATCH FORTES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 18-10-2022 14:54. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

Documento assinado eletronicamente por ELENA NATCH FORTES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1015311522 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): ELENA NATCH FORTES, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 18-10-2022 14:54. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.

26



ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA-GERAL DA UNIÃO
CONSULTORIA JURÍDICA DA UNIÃO ESPECIALIZADA VIRTUAL DE AQUISIÇÕES
NÚCLEO JURÍDICO

PARECER n. 04947/2022/NUC JUR/E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU

NUP: 64307.012146/2022-50

INTERESSADOS: MINISTÉRIO DA DEFESA - COMANDO DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA-RORAIMA

ASSUNTOS: DEMAIS HIPÓTESES DE INEXIGIBILIDADE

DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO.

Aquisição de bens que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo.

Base Legal: artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93. Regularidade formal do processo. Limites impostos pelo Decreto nº 10.193/19. Adequação da contratação no permissivo legal. Formalidades do art. 26 bem como demais requisitos da Lei nº 8.666/93.

Análise da Minuta.

Ressalvas e/ou Recomendações.

I - RELATÓRIO

1. Trata-se de processo oriundo do **COMANDO DA 1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA-RORAIMA**, que tem por objeto a aquisição de veículo não tripulado - drone spectral, com base no artigo 25, inciso I, da Lei nº 8.666/93 (inexigibilidade de licitação). O valor da contratação é de **R\$ 210.000,00**.

2. Os presentes autos, encaminhado eletronicamente, foram distribuídos ao advogado signatário, para análise e emissão de parecer, nos termos do artigo 11, VI, b, da Lei Complementar nº 73, de 1993 e do artigo 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666, de 1993. Os autos eletrônicos disponibilizados via SAPIENS estão instruídos com os seguintes documentos, enumerados abaixo conforme o *download* integral do processo:

- Termo de abertura (p. 03);
- DIEx nº 126 -GOI/ª Bda Inf SI (p. 04);
- Justificativa do OD para a contratação direta por inexigibilidade de licitação (p. 05);
- Termo de justificativa, demonstrativo das necessidades e dotação orçamentária (pp. 06/07);
- Proposta comercial da empresa Nuvem UAV (pp. 12/18);
- Atestado de fornecedor exclusivo expedido pela Associação Comercial e Empresarial do Município de Presidente Prudente-SP (p. 19);
- Nota de Crédito (p. 20);
- Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (pp. 21/22);
- Consulta sobre a situação da empresa no SICAF (p. 23);
- OFÍCIO Nº 30-Lic/SALC/1ª Bda Inf SI de encaminhamento do procedimento à AGU (pp. 24/25).

3. É o relatório.

II - FINALIDADE E ABRANGÊNCIA DO PARECER JURÍDICO

4. A presente manifestação jurídica tem o escopo de assistir a autoridade assessorada no controle interno da legalidade administrativa dos atos a serem praticados ou já efetivados. Ela envolve, também, o exame prévio e conclusivo dos textos de contratos ou instrumentos congêneres a serem celebrados e publicados.

5. Nossa função é justamente apontar possíveis riscos do ponto de vista jurídico e recomendar providências, para salvaguardar a autoridade assessorada, a quem compete avaliar a real dimensão do risco e a necessidade de se adotar ou não a precaução recomendada.

6. Importante salientar, que o exame dos autos processuais restringe-se aos seus aspectos **jurídicos**, excluídos, portanto, aqueles de natureza técnica. Em relação a estes, partiremos da premissa de que a autoridade competente municiou-se dos conhecimentos específicos imprescindíveis para a sua adequação às necessidades da Administração, observando os requisitos legalmente impostos.

27

7. De fato, presume-se que as especificações técnicas contidas no presente processo, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, requisitos e avaliação do preço estimado, tenham sido regularmente determinadas pelo setor competente do órgão, com base em parâmetros técnicos objetivos, para a melhor consecução do interesse público.
8. De outro lado, cabe esclarecer que, via de regra, não é papel do órgão de assessoramento jurídico exercer a auditoria quanto à competência de cada agente público para a prática de atos administrativos. Incumbe, isto sim, a cada um destes observar se os seus atos estão dentro do seu espectro de competências. Assim sendo, o ideal, para a melhor e completa instrução processual, é que sejam juntadas ou citadas as publicações dos atos de nomeação ou designação da autoridade e demais agentes administrativos, bem como, os Atos Normativos que estabelecem as respectivas competências, com o fim de que, em caso de futura auditoria, possa ser facilmente comprovado que quem praticou determinado ato tinha competência para tanto. Todavia, a ausência de tais documentos, por si, não representa, a nosso ver, óbice ao prosseguimento do procedimento.
9. Ressalva-se, por fim, que o exame deste Órgão Consultivo se dá nos termos da alínea "a" do inciso VI do art. 11 da Lei Complementar n. 73/1993, subtraído-se ao âmbito da sua competência institucional, delimitada em lei, análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, bem como avaliação acerca da conveniência e oportunidade da prática de atos administrativos. Por este motivo as questões técnicas referentes ao objeto e as necessidades do órgão em relação ao planejamento e seus quantitativos, é decisão de mérito administrativo, de responsabilidade exclusiva do Administrador.
10. Finalmente, é nosso dever salientar que determinadas observações são feitas sem caráter vinculativo, mas em prol da segurança da própria autoridade assessorada a quem incumbe, dentro da margem de discricionariedade que lhe é conferida pela lei, avaliar e acatar, ou não, tais ponderações. Não obstante, as questões relacionadas à legalidade serão apontadas para fins de sua correção. O prosseguimento do feito sem a observância destes apontamentos será de responsabilidade exclusiva do Gestor do órgão assessorado.

III - REGULARIDADE DA FORMAÇÃO DO PROCESSO

11. O processo examinado se encontra exclusivamente em meio eletrônico. Por essa razão, todos os atos processuais são realizados e arquivados sob a forma de mídias digitais, cuja validade jurídica é reconhecida pela Medida Provisória n. 2.200-2, de 2001, e pelo Decreto n. 8.539, de 2015, que tratam da validade dos documentos produzidos em forma eletrônica, bem como do uso do meio eletrônico para a realização do processo administrativo no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional.
12. Portanto, quanto à autoria, convém mencionar que as declarações constantes dos documentos em forma eletrônica, produzidos com a utilização de processo de certificação disponibilizado pela ICP-Brasil, presumem-se verdadeiros em relação aos signatários, na forma do art. 131 do Código Civil - documento nato-digital (art. 10, §1º da MP n. 2.200-2/2001 c/c art. 1º, II, a, do Decreto n. 8.539/2015). Relativamente aos documentos físicos anexados ao processo eletrônico, após procedimento de digitalização, o referido ato normativo atribui a esses o valor de cópia autenticada ou de cópia simples, conforme a origem, *in verbis*:
- Art. 12. A digitalização de documentos recebidos ou produzidos no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional deverá ser acompanhada da conferência da integridade do documento digitalizado.*
- § 1º A conferência prevista no caput deverá registrar se foi apresentado documento original, cópia autenticada em cartório, cópia autenticada administrativamente ou cópia simples.*
- § 2º Os documentos resultantes da digitalização de originais serão considerados cópia autenticada administrativamente, e os resultantes da digitalização de cópia autenticada em cartório, de cópia autenticada administrativamente ou de cópia simples terão valor de cópia simples.*

13. Por outro lado, o Decreto n. 10.278, de 18 de março de 2020, estabelece a técnica e os requisitos para a digitalização de documentos públicos ou privados, a fim de que os documentos digitalizados produzam os mesmos efeitos legais dos documentos originais.
14. Destaca-se o fato de que **todos os documentos digitalizados deverão ser assinados digitalmente** com certificação digital no padrão da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil (art. 5º, I). Portanto, sem a assinatura digital os documentos físicos digitalizados não poderão "...se equiparar a documento físico para todos os efeitos legais e para a comprovação de qualquer ato perante pessoa jurídica de direito público..." (art. 5º, caput).
15. Cabe observar que o reconhecimento de firma ou a autenticação em cartório são dispensáveis, salvo se houver dúvida com relação à autenticidade de documentos físicos, nos termos do Parecer n. 065/2019/CONJUR-CGU/CGU/AGU (NUP 00106.005904/2019-61, Seq. 2). Isso, porém, não dispensa a assinatura eletrônica para os documentos digitalizados destinados a processos eletrônicos.
16. Para se obter a equiparação, além da assinatura digital, os documentos digitalizados deverão seguir os padrões de digitalização exigidos, bem como conter os metadados indicados no Decreto.
17. Nos termos do que dispõe a Orientação Normativa SEGES nº 02, de 2016, a qual prevê em seu artigo 1º que "[o]s pregoeiros e as equipes de apoio deverão adotar nos processos de aquisição de materiais e serviços as listas de verificação constantes dos Anexos I e II, visando o aperfeiçoamento dos procedimentos realizados nos pregões eletrônicos", os processos de aquisição **devem ser instruídos com as referidas listas de verificações**. Ocorre que, na espécie, o Processo **não** se encontra devidamente instruído com a mencionada Lista de Verificação. Recomenda-se como providência.

IV - LIMITES DE GOVERNANÇA

18. No âmbito do Poder Executivo Federal, o Decreto nº 10.193, de 27 de dezembro de 2019, estabeleceu limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens no âmbito do Poder Executivo federal.

19. Em relação aos contratos administrativos, para atividades de custeio em geral, o artigo 3º do referido Decreto define algumas regras que precisam ser respeitadas, notadamente em relação à competência para a celebração de novos contratos de aquisição:

Art. 3º A celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação de contratos administrativos em vigor relativos a atividades de custeio serão autorizadas em ato do Ministro de Estado ou do titular de órgão diretamente subordinado ao Presidente da República.

§ 1º Para os contratos de qualquer valor, a competência de que trata o caput poderá ser delegada às seguintes autoridades, permitida a subdelegação na forma do § 2º:

I - titulares de cargos de natureza especial,

II - dirigentes máximos das unidades diretamente subordinadas aos Ministros de Estado; e

III - dirigentes máximos das entidades vinculadas.

§ 2º Para os contratos com valor inferior a R\$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos subsecretários de planejamento, orçamento e administração ou à autoridade equivalente, permitida a subdelegação nos termos do disposto no § 3º.

§ 3º Para os contratos com valor igual ou inferior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), a competência de que trata o caput poderá ser delegada ou subdelegada aos coordenadores ou aos chefes das unidades administrativas dos órgãos ou das entidades, vedada a subdelegação.

20. Uma vez que foge às atribuições deste órgão de assessoramento jurídico investigar ou auditar eventual existência de delegação de competência, a autoridade assistida deve se certificar sobre a natureza da atividade a ser contratada – se constitui ou não atividade de custeio –, adotando as providências necessárias, se for o caso, para aferir se a autoridade subscritora do futuro ajuste possui competência para a representar a União na celebração do contrato a ser firmado.

21. Ressalta-se ainda que cumpre ao órgão, quando da realização da fase de planejamento, estar atento à eventual diploma que venha a estabelecer determinações complementares ao Decreto nº 10.193, de 2019.

V - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO - ART. 25, INCISO I DA LEI Nº 8.666, DE 1993

22. O caput do art. 25 da Lei nº 8.666/93 prevê a inexigibilidade de licitação quando houver inviabilidade de competição, autorizando a contratação direta pela Administração Pública.

23. O inc. I do referido dispositivo se refere à aquisição de bens que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, fundamento este indicado pelo órgão para a contratação pretendida, conforme justificativa do Ordenador de Despesas à p. 05.

24. O enquadramento da hipótese no citado permissivo legal fica sujeito às seguintes condições preliminares:

a) O objeto, que deve considerar as normas técnicas eventualmente existentes e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT - nos termos da Lei nº 4.150/62 - restringe-se a compras, excluídos por consequência, os serviços;

b) Singularidade do bem, em decorrência de suas características técnicas pertinentes, que deverá circunscrever-se às especificações essenciais para atender às necessidades objetivadas pela Administração, vedada a preferência por marca;

c) Prova de exclusividade de fornecimento do bem.

25. Por conseguinte, cabe avaliar a presença efetiva dessas circunstâncias prévias, objetivando a adequada inserção do caso concreto no permissivo legal invocado.

26. O primeiro requisito decorre da simples dicção do inciso, que restringe a contratação à aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros - ou seja, compras em geral, afastando-se em consequência, os serviços. Tal é o entendimento externado na Orientação Normativa AGU nº 15, de 1º de abril de 2009.

27. Relativamente à singularidade do bem, tal característica decorre das especificações inerentes e peculiares que apontam para uma única solução viável para atender às necessidades do Órgão consulente.

28. Destarte, o gestor deverá tomar as cautelas necessárias para assegurar que as especificações correspondam àquelas essenciais ao bem, sem as quais não poderão ser atendidas as necessidades da Administração, evitando, por outro lado, detalhes considerados supérfluos ou desnecessários para o fim pretendido.

29. Desta forma, a inviabilidade de licitação somente se justifica se o objeto possuir características únicas que o tornem singular, de modo que só ele poderá atender às necessidades da Administração, afastando-se por consequência, a presença de produtos similares aptos a satisfazer às finalidades objetivadas, apontando para a inexistência de mercado competitivo. Tal entendimento guarda conformidade com as decisões explicitadas pelo TCU nos Acórdãos de nº 1565/2008 - Plenário - e nº 3645/2008 - 2ª Câmara.

30. Na hipótese dos autos, constam do DIEx nº 126 - GOL - Bda Int SI (p. 04) os seguintes esclarecimentos técnicos para a contratação da empresa Nuvem UAV por inexigibilidade de licitação (grifou-se):

Justificativa: Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado, tendo em vista a atuação desse órgão em atividade de assessoramento operacional direto em todo território do Estado de Roraima, em áreas de difícil acesso, que demandam, para tanto, do equipamento supracitado devido à sua autonomia de voo exclusiva no mercado nacional, de 60 minutos, capaz de agregar os sensores necessários a aquisições de imagens RGB de 24 Mp para confecção de ortomosaicos, a monitoramento em tempo real em HD e a aquisições de imagens termais para operações noturnas.

31. Segundo o entendimento técnico acima transcrito, o equipamento almejado (drone SPECTRAL) é singular pelos motivos ali descritos. Convém notar que as características singulares do bem deverão restringir-se àquelas essenciais à finalidade objetivada.

32. A fim de garantir maior segurança ao gestor público na realização da compra direta por inexigibilidade de licitação, recomenda-se que o setor técnico competente do Órgão consultante comprove cabalmente a singularidade do objeto, através, p. ex., de um laudo técnico subscrito por profissional/perito da área que espelhe detalhadamente o porquê de somente este objeto (drone SPECTRAL), com a exclusão de outros similares, atende a necessidade pública em voga.

33. Assim, recomenda-se à Administração que comprove a singularidade do objeto mediante parecer técnico plausível e robusto, quando da avocação de inexigibilidade de certame licitatório, devendo observar, destarte, excerto do Acórdão 107/2006-Plenário, abaixo transcrito:

"6.3.2 Não basta que uma determinada empresa seja fornecedora ou representante exclusiva de um bem ou serviço, é imprescindível que o objeto a ser contratado seja o único a satisfazer as necessidades da Administração, bem como não haja no mercado nenhum outro com características similares. Deve o objeto ter características que o tornem singular para a Administração, justificando dessa forma a exclusividade no fornecimento."

34. Repise-se: é importante demonstrar nos autos as razões técnicas que fundamentam a escolha do objeto especificado (drone SPECTRAL), com a exclusão de similares que eventualmente existam no mercado.

35. Recomenda-se ao Órgão consultante que informe nos autos sobre a inexistência de bens similares compatíveis com o objeto da contratação, sob pena de afastamento da alegada inviabilidade de competição, ensejando por consequência, a licitação.

36. Por se tratar de questão eminentemente técnica, de integral responsabilidade do gestor público, não adentraremos o mérito da justificativa. Apenas frisamos que a efetiva caracterização da singularidade do objeto depende diretamente a legalidade da contratação autorizada pelo Inc. I do art. 25 da Lei nº 8.666/93.

37. A princípio, a lei veda a preferência por marca. Todavia, tratando-se de objeto de natureza singular, muitas vezes é consequência inevitável que a contratação seja conduzida a uma determinada marca/fabricante que, na prática, representa o conjunto das especificações do objeto que se pretende adquirir.

38. Ademais, não se pode olvidar que a própria Lei nº 8.666/93, em seu art. 7º, parágrafo 5º, amparada por subsídios doutrinários, admite a indicação de marca, desde que seja tecnicamente justificável. Portanto, a justificativa correspondente deverá pautar-se em critérios técnicos e objetivos que demonstrem a sua imprescindibilidade para a plena satisfação do interesse público.

39. Ou seja, o administrador não poderá externar sua preferência por contratação de produto de certa marca, a seu talante, sem a correspondente motivação técnica. Por conseguinte, a proibição deve ser interpretada no sentido de que a marca não poderá ser indicada como o objeto da contratação em si, sendo admissível como parâmetro para identificação das qualidades e propriedades intrínsecas que o bem deve abranger, em consonância com o voto do Relator do Acórdão 1975/2010 - Plenário do TCU.

40. Cabe, pois ao administrador zelar para que a indicação de marca observe tais diretrizes com intuito de imprimir maior segurança jurídica ao procedimento.

41. A singularidade do bem não implica necessariamente em fornecimento exclusivo, pois é possível que a fabricante/indústria autorize a distribuição/comercialização do bem a mais de uma empresa, o que em tese, viabilizaria a licitação para a escolha da proposta mais vantajosa, se considerar que cada fornecedor poderá oferecer preços e condições contratuais distintos.

42. Nessas circunstâncias, a inexigibilidade de licitação pressupõe necessariamente a existência de único fornecedor do bem objeto da contratação, cabendo a respectiva comprovação.

43. Para atestar o fornecimento exclusivo do produto, o Órgão juntou o Atestado de fornecedor exclusivo expedido pela Associação Comercial e Empresarial do Município de Presidente Prudente-SP (p. 19), de onde se extrai o seguinte:

A Associação Comercial e Empresarial do Município de Presidente Prudente, Estado de São Paulo, no uso de suas atribuições legais, ATESTA para os devidos fins que em conformidade com a documentação que consta em seus arquivos, a empresa NUVE M UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA., CNPJ 14.854.552 0001-71, é a fabricante e fornecedora exclusiva no Brasil do drone (VANT Veículo Aéreo Não Tripulado) modelo SPECTRAL, cujas características encontram-se listadas abaixo, sendo, portanto, a única empresa autorizada a comercializar o referido equipamento no Brasil, bem como a executar serviços de manutenção, assistência técnica e treinamento para o drone SPECTRAL.

44. Como sabido, compete ao gestor instruir o processo com atestado de exclusividade de entidades dotadas de credibilidade, autonomia e isenção, e/ou outros meios comprobatórios idôneos, sendo também da exclusiva responsabilidade do Administrador a certificação da veracidade desses documentos.

30

45. A princípio, o art. 25, I da Lei nº 8.666/93 estabelece que a comprovação da exclusividade deverá ser feita através de atestado expedido pelos órgãos de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelos Sindicatos, Federação ou Confederação Patronal, ou outras entidades equivalentes.
46. Todavia, de acordo com a mais balizada doutrina, em regra, as entidades citadas no referido dispositivo legal não detêm necessariamente a incumbência para a verificação da dita exclusividade, de modo que é admissível documentação de outras instituições que sejam dotadas de credibilidade, (no sentido de possuir condições efetivas para atestar a exclusividade) e autonomia em relação ao mercado privado, ainda que não integrantes do Registro de Comércio e sem natureza sindical, e nessas condições, inseridas no conceito de entidades equivalentes.
47. Nesse diapasão, é recomendável cautela ao órgão quanto à aceitação de declarações/certidões provenientes dessas instituições, e também de outras associações e/ou entidades classistas, haja vista que normalmente, elas se limitam a reproduzir informações unilaterais repassadas pela própria interessada, sem as devidas providências para a confirmação de sua veracidade. Ademais, atenção também à base de dados utilizada como referência para a atestação, que pode ser restrita às empresas associadas ou filiadas, e por este motivo, não retratar com integralidade, a real situação do mercado para o produto objetivado.
48. Acrescente-se que conforme orientações do E. TCU, extraídas dos Acórdãos 1.907/2007- 2ª Câmara e 116/2008- 1ª Câmara - tais entidades devem ser isentas de qualquer interesse na realização do negócio, evitando da mesma forma, aquelas integrantes, subordinadas ou vinculadas às pessoas jurídicas envolvidas, de maneira que fique demonstrada a sua total imparcialidade em relação à contratação pretendida.
49. No que se refere ao atestado propriamente dito, assinala-se que incumbe à própria Administração, a verificação da sua veracidade, conforme determina a Orientação Normativa AGU nº 16, de 1º de abril de 2009, e também a Súmula nº 255/2010 do TCU.
50. Observamos que a veracidade deverá ser examinada de forma ampla, abrangendo tanto seus aspectos formais (condições da entidade emitente para aferir a exclusividade - conforme observações acima feitas, autenticidade do documento considerando possível falsificação, etc.), quanto no seu teor (verificação de que o disposto no atestado condiz com a realidade, consultando as fontes necessárias, se for o caso - v.g., fabricante, produtor, etc.).
51. É de bom alvitre observar que em se tratando de execução à regra geral da licitação pública, o órgão deverá instruir o processo de inexigibilidade com todos os elementos que entenda seguros e eficazes para robustecer a comprovação da exclusividade de forma convincente, sem perder de vista a moralidade, transparência e interesse público, princípios inerentes a todo ato administrativo.
52. Desta forma, recomenda-se que a comprovação de exclusividade da empresa Nuvem UAV para o fornecimento do drone Spectral almejado pela Administração seja reforçada, por exemplo, com pareceres técnicos de especialistas, sobretudo de acadêmicos que não tenham qualquer interesse na contratação, declaração de entidades administrativas que atuam no mesmo segmento de que não conhecem outro produto análogo, extratos de inexigibilidade e pareceres de outras contratações do mesmo objeto realizadas por outras entidades administrativas, diligências junto a outros possíveis fornecedores no mercado (pesquisa de mercado), etc.

VI - ADOÇÃO DE CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

53. As contratações da Administração Pública deverão contemplar os critérios da sustentabilidade ambiental, tendo por fundamento, a Constituição Federal, a Lei nº 8.666/93, compromissos internacionais assumidos pelo Estado Brasileiro, e outras legislações pertinentes, sem perder de vista os princípios da razoabilidade e proporcionalidade.
54. Nesse sentido, a Lei nº 12.187 de 29/11/2009 - Política Nacional sobre Mudança do Clima adotou o uso do poder de compra do Estado como um importante instrumento para implementar a política de mudanças climáticas.
55. Assim, nos termos do art. 7º, inc. XI da Lei nº 12.305, de 2/8/2010 - Política Nacional de Resíduos Sólidos, nas aquisições e contratações governamentais, deve ser dada prioridade para produtos reciclados e recicláveis e para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis.
56. Referida lei foi regulamentada pelo Decreto nº 7.404, de 23/12/2010, merecendo especial destaque os seus artigos 5º, 6º e 7º.
57. Por outro lado, nos termos do art. 1º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, as especificações para a aquisição de bens, contratação de serviços e obras por parte dos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional deverão conter critérios de sustentabilidade ambiental, considerando os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas.
58. Por vezes, a exigência de determinado requisito ambiental deriva de imposição normativa, editada pelos órgãos de proteção ao meio ambiente (Conselho Nacional do Meio Ambiente- CONAMA, IBAMA, Ministério do Meio Ambiente, etc.). Nesses casos, a especificação técnica do objeto deve ser definida de acordo com as determinações da norma.
59. Nos demais casos, cabe ao órgão a opção pelas especificações do objeto que melhor atendam às exigências ambientais. Tal decisão deve ser motivada com base em critérios técnicos.
60. Vale lembrar que o art. 5º da mesma Instrução Normativa exemplifica alguns dos critérios de sustentabilidade ambiental que podem ser exigidos na descrição do bem. **Recomenda-se** manifestação do Órgão consulente sobre esse ponto.

VII - FORMALIDADES LEGAIS PREVISTAS NO ART. 26 DA LEI Nº 8.666/93

61. Analisada a questão referente à possibilidade de contratação mediante inexigibilidade de licitação, cumpre agora examinar a observância dos requisitos legais impostos no art. 26 da Lei nº 8.666/93. Com efeito, neste caso particular, as exigências atinentes consistem em:
- a) justificativa do afastamento da licitação;
 - b) razão da escolha do fornecedor;
 - c) justificativa do preço;
 - d) diligências relativas à ratificação e publicação do ato de inexigibilidade na imprensa oficial.
62. Passa-se então à verificação do atendimento dessas exigências.
63. No que diz respeito à justificativa do afastamento da licitação, bem como a razão da escolha do fornecedor, as observações pertinentes foram desracadas na ocasião da análise dos pressupostos para inexigibilidade de licitação com fulcro no art. 25, inc. I da Lei nº 8.666/93, em tópico específico deste parecer, às quais reportamos. Assim, cabe apenas reiterar que a contratação com fundamento no permissivo legal indicado deriva da inviabilidade de competição em razão do bem objetivado, cujo fornecimento é exclusivo, de maneira que não resta outra alternativa senão a contratação direta com a empresa indicada.
64. Com relação à justificativa do preço, trata-se de um dever imposto ao Administrador, que tem por finalidade confirmar a razoabilidade do valor da contratação, conferindo por consequência, probidade e moralidade ao ajuste.
65. Segundo a Orientação Normativa AGU nº 17, de 1/4/2009, a razoabilidade da proposta poderá ser avaliada mediante comparação com os preços praticados pelo fornecedor junto a outros entes públicos e/ou privados, sem afastar, todavia, outros meios idôneos aptos a atender tal finalidade.
66. Lembramos que os contratos decorrentes de afastamento de licitação costumam ser vistos com maior rigor pelos órgãos de controle, motivo pelo qual é recomendável que a Administração reúna todos os elementos ao seu alcance para demonstração da razoabilidade dos preços, visando afastar eventuais questionamentos apontando para superfaturamento de preços, comprometendo a eficácia do ajuste, como preceitua o art. 25 da Lei nº 8.666.
67. No caso dos autos, não se identificou o documento contendo os esclarecimentos sobre a razoabilidade do preço cobrado pela empresa Nuvem UAV. Necessário, pois, que o órgão providencie tal documento, sem prejuízo da prévia colação aos autos da proposta comercial válida, atual, juntando documentos e/ou informações atuais, não defasados, que atestem a compatibilidade da proposta apresentada com os preços cobrados de outros clientes (v.g., cópias de contratos, extratos de inexigibilidade ou de empenhos, etc.), ou na sua impossibilidade, apresentar outros meios idôneos atuais, não defasados, que cumpram tal finalidade. Ademais, faz-se curial expor que o objeto versado nas fontes aceitáveis que subsidiam toda pesquisa de mercado seja idêntico ao pretendido pela Administração, ou seja, compete também à Administração, eis que análise de cunho técnico, verificar a perfeita correspondência entre o objeto pretendido e os objetos especificados, inclusive tecnicamente, no bojo das referidas fontes idôneas que subsidiarão a pesquisa de mercado, sob pena de inviabilidade da pretendida contratação.
68. Note-se que a pesquisa de mercado deve ser realizada, nos termos supra, pela Administração Pública, não deixando ao talante da empresa interessada em contratar com o Poder Público a verificação da razoabilidade do preço. A verificação, poder-dever da Administração, da economicidade, da razoabilidade do preço não pode estar ligada meramente a declarações de que o preço é uniforme no Brasil, por exemplo, dentre outras do mesmo jaez, oriundas de pretensas interessadas em contratar com o Poder Público. Não é razoável, não é plausível, é inaceitável, utilizar-se, como fontes de razoabilidade de preço a mera declaração da própria interessada em firmar contratos públicos com a União e planilhas de formação de preços elaboradas pela própria empresa interessada, sem a verificação por parte da Administração de que os preços apresentados são razoáveis, mediante análise robusta do quadro valorativo apresentado pela pretensa contratada.
69. Cabe expor que a Administração, quando de suas contratações, nunca, jamais, em tempo algum pode ficar refém de ofertas unilaterais de preços de empresas.
- "A regra inafastável que precisa ficar definida é que a Administração não pode justificar o preço com mera declaração de que, em virtude da inexigibilidade da licitação verificada na espécie, contratou com o preço cotado pelo único fornecedor ou único possível contratado. Justificar o preço não é, em absoluto, informar que a Administração se sujeitou ao preço imposto pelo contratado. O sentido do termo é muito mais amplo: justificar o preço é: declarar, conforme o que foi determinado em cada inciso ou parágrafo do artigo que autoriza a contratação direta, se o valor contratado é compatível com o de mercado, ou se é o preço justo, certo, que uma avaliação técnica encontraria." (Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, in obra citada, p.649/650).
70. É razoável inferir-se que no caso de fornecedor exclusivo ou fabricante exclusivo vigore a regra do artigo 15, inciso V da Lei nº 8.666/93, qual seja, balizamento nos preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, em consonância com o entendimento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, in "Vade-Mécum de Licitações e Contratos, 2ª edição revista, atualizada e ampliada, p.470, editora fórum, 2005-BH).
71. O entendimento supra nos informa que a pesquisa de preços pode muito bem se dar em âmbito nacional, não só junto à esfera pública federal, mas também junto às esferas públicas estadual, municipal e do Distrito Federal; bem como no âmbito do mercado internacional, para objetos idênticos ou similares, desde que no caso de objetos similares, não sejam dotados de singularidade, pois se o for a licitação se faz necessária.
72. Por isso, e considerando que a justificativa do preço é elemento essencial de toda contratação da Administração Pública, inclusive e sobretudo nas contratações diretas, impõe-se que o órgão a faça, mediante a comprovação dos valores que a empresa vem cobrando dos demais compradores dos produtos demandados. Caso a justificativa de preços aponte para a possibilidade de competição no mercado, vedada está a inexigibilidade.

73. **Portanto, no que toca às exigências inseridas no art. 26 da Lei nº 8.666/93, necessário complementar a justificativa do prego.**

74. Cabe ao órgão observar, no momento oportuno, as exigências relativas à ratificação e publicação do ato de inexigibilidade de licitação.

VIII - DEMAIS FORMALIDADES LEGAIS APLICÁVEIS

75. Analisadas as exigências específicas impostas pelo art. 26 da Lei nº 8.666/93, cumpre agora examinar a instrução processual sob o aspecto das demais formalidades aplicáveis às contratações administrativas.

76. Assim, sem prejuízo dos documentos que já constam neste processo, é necessário que a Autoridade assessorada verifique e vele para que seja observada a devida instrução destes autos, atentando para as exigências da Lei nº 8.666, de 1993.

77. Aqui serão tecidas considerações acerca das determinações constantes do indigitado diploma legal, em face do caso concreto, com a ressalva de que as principais peças, tais como projeto básico e/ou minuta de contrato, serão analisadas em tópicos especialmente abertos para essa finalidade.

Solicitação/Requisição do Objeto

78. Presente no processo a respectiva requisição emitida pelo setor interessado (DIEEx nº 126 -GOF/Bda Inf SI (p. 04)), contendo a solicitação/requisição da contratação, elaborada pelo agente ou setor do órgão.

Autorização da Autoridade Competente

79. Consta dos autos a autorização legal da contratação direta emitida pelo Ordenador de Despesas (artigo 38, caput, da Lei nº 8.666/1993 e artigo 50, caput, inciso IV, da Lei nº 9.784/1999), conforme se vê à p. 04.

Justificativa da contratação

80. Quanto à justificativa da contratação, não cabe ao órgão jurídico adentrar o mérito (oportunidade e conveniência) das opções do Administrador, exceto em caso de afronta a preceitos legais. O papel do órgão jurídico é recomendar que tal justificativa seja **a mais completa possível**, orientando o órgão assistido, se for o caso, pelo seu aperfeiçoamento ou reforço, na hipótese de ela se revelar insuficiente, desproporcional ou desarrazoada, de forma a não deixar margem para futuros questionamentos, por exemplo, quanto à pertinência ou necessidade da contratação, ou dos quantitativos estimados.

81. No caso concreto, a justificativa da contratação consta do item 3 do Termo de Justificativa acostado às pp. 06/07, e parece atender aos pressupostos legais.

Estudo Técnico Preliminar e Projeto Básico

82. Não se identificou no processo o Estudo Técnico Preliminar e o Projeto Básico. Assim, recomenda-se que o órgão avalie a necessidade/pertinência de sua confecção. Sobre o assunto, convém transcrever o entendimento uniformizado no âmbito da E-CJU Aquisições:

ORIENTAÇÃO NORMATIVA Nº 10, DE 03 DE DEZEMBRO DE 2020.

O COORDENADOR da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Aquisições (E-CJU/Aquisições), com base no artigo 2º da PORTARIA Nº 14, DE 23 DE JANEIRO DE 2020, da Advocacia-Geral da União, e no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I, IV e VI, do art. 4º da PORTARIA E-CJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU Nº 1, DE 17 DE JULHO DE 2020, resolve expedir a presente orientação normativa:

A Instrução Normativa nº 40/2020 indicou como obrigatória a elaboração de ETP, definindo as hipóteses em que ela seria facultativa, restringindo a discricionariedade técnica admitida pelo Decreto Federal nº 10.024/2019, de maneira a tornar obrigatória, nos seus termos, a elaboração do referido artefato de gestão para os procedimentos de aquisições.

Previsão de recursos orçamentários

83. Não consta do processo nem a Declaração de Disponibilidade de Recursos Orçamentários, para fins de comprovação de previsão orçamentária para o custeio da despesa resultante da contratação, nem a Declaração de Responsabilidade Fiscal, ambas assinadas pelo Ordenador de Despesas, em atenção ao disposto no art. 7º, § 2º, inc. I, da Lei nº 8.666/1993 e na Lei Complementar nº 101/2000. Assim, **antes de formalizar a contratação deverá o órgão carrear aos autos ambas as Declarações.**

Regularidade fiscal e trabalhista da contratada

33

84. De início, alertamos que, mesmo nas dispensas ou inexigibilidades de licitação, a comprovação da habilitação do contratado deve ser exigida com relação aos aspectos essenciais à regularidade da contratação, em conformidade com o art. 55, XIII c/c arts. 27 a 33, da Lei nº 8.666/93.

85. No que tange à regularidade fiscal, tanto a doutrina como a jurisprudência do TCU são uníssonas no sentido de que, mesmo nos casos de contratação direta, devem ser exigidas a comprovação de regularidade junto à Fazenda e a Dívida Ativa da União, o INSS e o FGTS, em consonância com o pronunciamento explicitado pelo Douto TCU, no Acórdão de nº 260/2002 - Plenário. Além disso, com o advento da Lei nº 12.440, de 2011, sobreveio também a necessidade de comprovação de regularidade trabalhista, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT. Cabe ao administrador, pois, zelar pela efetiva validade dessas certidões na ocasião da contratação.

86. Ressalte-se que é essencial, também, a declaração relativa ao cumprimento do disposto no artigo 7º, XXXIII, da Constituição Federal, nos termos do artigo 27, V, da Lei 8.666, de 1993.

87. Constam dos autos Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica (pp. 21/22) e Consulta sobre a situação da empresa no SICAF (p. 23).

Minuta do termo do contrato

88. Registra-se que o órgão não acostou aos autos minuta de termo de contrato, fazendo crer que a opção do Administrador foi por dispensar, na presente contratação o termo de contrato.

89. A teor do artigo 62, caput e § 4º da Lei nº 8.666/93, o instrumento de contrato somente pode ser substituído por outros instrumentos hábeis (nota de empenho, carta-contrato, autorização de compra etc.) nos casos de valor inferior ao da Tomada de Preços (em se tratando de compras) ou – independentemente do valor – nos casos de compra com entrega imediata e integral dos bens adquiridos, **desde que da aquisição não resultem obrigações futuras, inclusive assistência técnica (sendo obrigatório o termo de contrato, portanto, sempre que a contratação acarretar obrigações futuras). No caso, verificou-se que a contratação envolve a realização de treinamento para dois operadores.**

90. No caso em comento, portanto, **seria recomendável e seguro para a Administração firmar termo de contrato**. Assim, recomenda-se que o órgão avalie a utilização de contrato como meio de formalizar a contratação, utilizando o modelo disponibilizado na página eletrônica da AGU (modelo de contrato para compras).

91. Vale frisar, no entanto, que, mesmo dispensado o termo de contrato, a lei determina que a avença seja formalizada em instrumento substitutivo, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, ordem de serviço, etc., o qual deverá ser devidamente providenciado pelo órgão, caso seja essa a opção do gestor.

92. Destaca-se que, nos termos do § 2º do art. 62, o referido instrumento substitutivo deverá conter as cláusulas elencadas no art. 55 da mesma Lei nº 8.666, de 1993, naquilo que couber, de forma que consigne as condições essenciais que regerão a execução do ajuste, tais como a descrição precisa do objeto, obrigações e responsabilidades das partes, a vinculação aos termos da proposta comercial, os prazos de execução, forma e prazo de pagamento, sanções, etc., para fins de regência dos aspectos essenciais da relação contratual.

Providências do Artigo 26, caput, da Lei nº 8.666/1993

93. Por injunção direta do comando do art. 26, caput, da Lei nº 8.666/1993, o procedimento de inexigibilidade de licitação, como condição fundamental para a sua eficácia jurídica, deverá, obrigatoriamente, ser comunicado à autoridade superior, dentro do prazo de 03 (três) dias, para fins de ratificação e publicação na imprensa oficial no prazo de 05 (cinco) dias.

94. Ademais, a propósito da exigência de publicidade do ato, a Orientação Normativa AGU nº 33/2011, expressa recomendação de seguinte teor:

“O ato administrativo que autoriza a contratação direta (art. 17, §§ 2º e 4º, art. 24, inc. III e seguintes, e art. 25 da Lei nº 8.666 de 1993) deve ser publicado na imprensa oficial, sendo desnecessária a publicação do extrato contratual.”

95. Desse modo, nos casos expressos no citado dispositivo legal, a mera publicação do ato de ratificação na Imprensa Oficial é suficiente para dar a publicidade necessária aos atos administrativos, não havendo necessidade de se proceder à publicação do contrato que decorrer desta inexigibilidade.

96. Por outro lado, ainda acerca da publicação da inexigibilidade, quando a contratação não ultrapassar os limites previstos no artigo 24, incisos I e II da Lei nº 8.666/93, a AGU possui a seguinte orientação normativa:

Orientação Normativa nº 34, de 13 de dezembro de 2011:

“As hipóteses de inexigibilidade (art. 25) e dispensa de licitação (incisos III e seguintes do art. 24) da lei nº 8.666, de 1993, cujos valores não ultrapassem aqueles fixados nos incisos I e II do art. 24 da mesma lei, dispensam a publicação na imprensa oficial do ato que autoriza a contratação direta, em virtude dos princípios da economicidade e eficiência, sem prejuízo da utilização de meios eletrônicos de publicidade dos atos e da observância dos demais requisitos do art. 26 e de seu parágrafo único, respeitando-se o fundamento jurídico que amparou a dispensa e a inexigibilidade.”

IX - CONCLUSÃO

34

97. Em razão do exposto, tomando por base a documentação e as informações submetidas ao nosso exame, as quais são de inteira responsabilidade de quem as emitiu, abstraídos os aspectos técnicos, os quais fogem à competência da análise desta área jurídica, inclusive os de oportunidade, conveniência e preço na formalização do instrumento, conclui-se pela existência de óbices legais ao prosseguimento do presente processo, os quais restarão superados desde que observadas as recomendações emitidas ao longo do parecer e, em especial, os parágrafos 20, 32 a 35, 52, 60, 67, 68 a 73, 82, 83, 90 e 95.

98. Somente após o acatamento das recomendações emitidas ao longo do parecer, ou após seu afastamento, de forma motivada, consoante previsão do art. 50, VII, da Lei de Processo Administrativo, será possível dar-se o prosseguimento do processo, nos seus demais termos, sem nova manifestação da E-CJU/AQUISIÇÕES.

99. Em consonância com o disposto no art. 21, *caput*, do Anexo da Portaria ECJU/AQUISIÇÕES/CGU/AGU nº 1, de 17/07/2020, que aprova o regimento interno da Consultoria Jurídica da União Especializada Virtual em Aquisições (e-CJU/Aquisições), a presente manifestação não necessita da aprovação da autoridade superior.

Juiz de Fora, 17 de outubro de 2022.

CLARICE MENDES LEMOS
ADVOGADA DA UNIÃO
SIAPE 1507697
CLARICE.LEMOS@AGU.GOV.BR

Atenção, a consulta ao processo eletrônico está disponível em <https://supersapiens.agu.gov.br> mediante o fornecimento do Número Único de Protocolo (NUP) 64307012146202250 e da chave de acesso 586ee164

Documento assinado eletronicamente por CLARICE MENDES LEMOS DE SOUZA LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br), de acordo com os normativos legais aplicáveis. A conferência da autenticidade do documento está disponível com o código 1012726338 no endereço eletrônico <http://sapiens.agu.gov.br>. Informações adicionais: Signatário (a): CLARICE MENDES LEMOS DE SOUZA LIMA, com certificado A1 institucional (*.agu.gov.br). Data e Hora: 17-10-2022 15:21. Número de Série: 77218269410488336199396275606. Emissor: Autoridade Certificadora do SERPRO SSLv1.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidades Escola/1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

39.1

MOTIVAÇÃO DE ATO ADMINISTRATIVO

INEXIBILIDADE DE LICITAÇÃO 09/2022

PROCESSO ADMINISTRATIVO NUP 64307.012146/2022-50

De conformidade com os princípios da legalidade e motivação do ato administrativo e, tendo em vista, o disposto no inciso VII do artigo 50 da Lei Nr 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal, dou prosseguimento a Inex de Licitação 06/22, Processo Administrativo nº 64307.012146/2022-50, com amparo na Lei Nr 8.666/95 e em cumprimento ao parágrafo-único do Art.38 da Lei 8.666/93, motivo o ato, com a indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos na forma seguinte:

Em cumprimento ao contido no Parecer Nº 4947/2022/ADV/E-CJU/SSEM/CGU/AGU foram feitas as seguintes alterações, referente aos seguintes parágrafos:

Os itens **32 a 35, 52, 60, 67 a 73 e 80** foram respondidos conforme o Diex nº144 de 3NOV22 na pág.35.

20. Esse material não se enquadra como atividade de custeio.

83. A dotação Orçamentária encontra-se na pág. 05 e a Nota de Crédito encontra-se na pág. 18.

90. Para aquisição desse material, não há necessidade de formalização de contrato.

95. Antes da emissão do empenho, foi realizado a publicação no DOU.

Boa Vista, RR, 10 de Novembro de 2022.

ADRIANO MARTINS SOUZA - CEL

Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
"BRIGADA LOBO D'ALMADA"

DIEx Nº 144-GOI/1ª Bda Inf SI
EB: 64307.013498/2022-22

Boa Vista, 3 de novembro de 2022.

Do Comandante do Grupo de Operações de Inteligência

Ao Sr Aux SALC

Assunto: Aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva

Referência: DIEx nº 126 -GOI/1ª Bda Inf SI (EB: 64307.012146/2022-50), de 06 OUT 22.

Anexos:

- 1) 5._Parecer_Técnico_e_Relatório_de_Certificação;
- 2) 7._Documentos_Fiscais;
- 3) 6._Certidão_de_Registro_de_Pessoa_Jurídica_no_CREA_SP.crdownload;
- 4) 4._Relatório_acerca_da_Singularidade_de_Bem-01;
- 5) 1._Estudo_Técnico_Preliminar-01;
- 6) 2._Declaração_de_Sustentabilidade_Ambiental-01; e
- 7) 3._Licença_de_Operação.

1. Em atendimento às recomendações contidas no Parecer Nr 04947/2022 /NUJUR/E-CGU/AQUISIÇÕES/CJU/AJU, exarado pela Advocacia-Geral da União (AGU), em 17 OUT 22, e encaminhado ao Cmdo 1ª Bda Inf SI por meio do Ofício Nr 513/2022/CJU-RR/CGU/AGU, de 18 OUT 22, remeto a documentação anexa para as providências formais que o caso requer, necessárias ao prosseguimento do processo de aquisição em comento.

2. Com a finalidade de melhor esclarecer as atividades desenvolvidas, informo abaixo, as recomendações emitidas pela AGU que foram estritamente cumpridas por este órgão, tomando por base a enumeração constante naquele parecer:

- a. **Parágrafos 32 a 35:** Comprovação da singularidade do bem pretendido;
 - b. **Parágrafo 52:** Parecer Técnico atestando a singularidade e exclusividade do bem;
 - c. **Parágrafo 60:** Manifestação relativa à Sustentabilidade Ambiental;
 - d. **Parágrafo 67 a 73:** Compatibilidade da proposta apresentada e preços praticados;
 - e. **Parágrafo 82:** Estudo Técnico Preliminar (ETP).
3. Por fim, informo que as recomendações contidas nos **Parágrafos 20, 83, 90 e**

95, não foram cumpridas, por envolver atividade finalística de setor diverso a este órgão. 36


RODRIGO MACIEL LESSA - TC
Comandante do Grupo de Operações de Inteligência

**"1822-2022 - BICENTENÁRIO DA INDEPENDÊNCIA DO BRASIL
SOBERANIA E LIBERDADE"**



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)
(EB: 64307.012146/2022-50)

As contratações governamentais produzem significativo impacto na atividade econômica, tendo em vista o volume de recursos envolvidos, os quais, em grande parte, são instrumentos de realização de políticas públicas. Nesse sentido, um planejamento bem elaborado propicia contratações potencialmente mais eficientes, visto que a realização de estudos previamente delineados conduz ao conhecimento de novas modelagens e/ou metodologias ofertadas pelo mercado, resultando na melhor qualidade do gasto e em uma gestão eficiente dos recursos públicos.

Nesse sentido, a Lei Nr 14.133, de 1º ABR 21, estabeleceu, dentre outras ferramentas, a obrigatoriedade da apresentação do estudo técnico preliminar para contratações governamentais, sendo esse instrumento conceituado como “*o documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação*”.

Assim, o estudo técnico preliminar visa identificar e analisar os cenários para o atendimento do pleito que consta no Documento de Oficialização da Demanda, bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica das soluções identificadas, fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

Nesse contexto, o presente documento apresenta o levantamento dos elementos essenciais necessários aos estudos técnicos preliminares que visam assegurar a viabilidade – técnica e econômica – da contratação pretendida.

I- DEFINIÇÃO E ESPECIFICAÇÃO DAS NECESSIDADES E REQUISITOS

O Documento de Oficialização da Demanda referente à contratação ora pretendida está materializado no DIEx nº 126 -GOI/1ª Bda Inf SI, de 06 OUT 22, que em seu Item 2 especifica tratar a necessidade de aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado, para utilização do Grupo de Operações de Inteligência (Gp Op Intlg) da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI), salientando que essa a compra pretendida se justifica, em vista da atuação desse órgão em atividade de assessoramento operacional direto em todo território do Estado de Roraima, em áreas de difícil acesso, que demandam, para tanto, do equipamento supracitado devido à sua autonomia de voo exclusiva no mercado nacional, de 60 minutos, capaz de agregar os sensores necessários

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1100 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-3000
FAX: 773-936-3000

a aquisições de imagens RGB de 24 Mp para confecção de ortomosaicos, a monitoramento em tempo real, em HD, e a aquisição de imagens termais para operações noturnas.

Trataremos abaixo dos requisitos exigidos da pretensa contratada condicionantes à aquisição do objeto:

Requisitos técnicos mínimos: a aquisição deverá conter os requisitos técnicos mínimos de forma a cumprir todas as necessidades solicitadas pelo setor requisitante.

Identificação das necessidades tecnológicas: os equipamentos deverão estar dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais – CATMAT/Código BR do Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG.

Alinhamento da demanda aos planos institucionais: o projeto está alinhado com as Políticas de Gestão adotadas pelo Exército Brasileiro, podendo ser comprovado pela Diretriz de Implantação do Grupo de Coordenação e Acompanhamento das Licitações e Contratos no SISTEx, bem como pelo Plano de Gestão da 1ª Bda Inf SI, que foi elaborado com base nos princípios e valores dessa Organização Militar, com foco em sua missão e levando em conta o diagnóstico estratégico, todos presentes no aludido instrumento.

Garantia do material: a garantia dos equipamentos deve ser fornecida pelo fabricante/fornecedor por um período mínimo de 12 (doze) meses. A assistência técnica em garantia será prestada por técnicos devidamente habilitados e credenciados pela fabricante, no período de vigência.

Entrega do material: os equipamentos deverão ser entregues em até 30 (trinta) dias corridos, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato.

Política de Segurança: os produtos devem estar de acordo com a política de segurança definida pela contratante.

Publicidade: abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação, acerca da presente demanda, sem a prévia autorização do contratante.

Requisitos sociais, ambientais e culturais: observar, requisitos sociais, ambientais, e culturais na fabricação, distribuição e uso dos equipamentos.

Transferência de conhecimento técnico e operacional: a contratada deverá transferir o conhecimento técnico e operacional, a tecnologia e técnicas empregadas no manuseio e operação dos equipamentos, mediante instrução a dois alunos designados pelo setor requisitante.

II. DA REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE

A aquisição pretendida está em consonância com os instrumentos de planejamento da 1ª Bda Inf SI, como exemplos: o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, o Plano de Desenvolvimento de Tecnologia da Informação – PDTI

e o Plano de Gestão de Logística Sustentável – PLS. Ainda, poderão ser considerados instrumentos de planejamento as portarias, as ordens de serviço, as resoluções ou outros instrumentos normativos que viabilizam a aquisição do equipamento requisitado.

III. DOS REQUISITOS DA AQUISIÇÃO

A aquisição de Veículo Aéreo Não Tripulado terá sua utilização direcionada para desempenho das funções finalísticas do Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI, de acordo com os requisitos abaixo:

Modelo de referência: Veículo Aéreo Não Tripulado Drone Spectral 2

Requisitos técnicos mínimos exigidos: Aeronave do tipo asa rotativa em fibra de carbono; Autonomia de voo de 60 minutos garantida em condições ISA (Atmosfera padrão internacional); *Link* de comunicação para 6 km de alcance; Velocidade de cruzeiro: 14 m/s; *Gymbal* para correção de ângulo de navegação da aeronave; Resistência ao vento de 45 km/h; Propulsão elétrica; Alimentação de energia por bateria; Decolagem, navegação e pouso automáticos; Tempo de preparação do equipamento em campo inferior a 5 minutos sem o uso de ferramentas; *Software* de planejamento e controle de voo: QGROUND Control; *Interface* de indicação em tempo real de *status* de bateria, localização e instrumentos de navegação, piloto automático redundante, sistema de navegação por inercial em caso de falha do GPS, e mecanismos internos de segurança e controle de falhas.

Sensores compatíveis: Nuvem 24MP com lente 25 mm foco fixo; *Micasense Rededge M/MX*; *Micasense Altum*; *Parrot Sequoia*; *FLIR Duo Pro/Flir Tau*.

Componentes: Drone Spectral 2 contendo 1 (uma) Câmera RGB 24 megapixels; 1(um) Câmera termal *FLIR VUE PRO R*; 1(um) Câmera de vídeo HD com transmissão de vídeo em tempo real; 2(duas) Bateria extra Spectral; e 4 (quatro) hélices.

Observação: O equipamento deve possuir homologação da ANATEL de fábrica e garantia do fabricante, além de suporte técnico gratuito do fornecedor de no mínimo 12 (doze) meses.

IV. DA ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

O setor requisitante apresentou a necessidade de aquisição de 1 (um) veículo Aéreo Não Tripulado DRONE SPECTRAL 2 abrangendo os seguintes componentes: 1 (uma) Câmera RGB 24 megapixels; 1(um) Câmera termal *FLIR VUE PRO R*; 1(um) Câmera de vídeo HD com transmissão de vídeo em tempo real; 2(duas) Bateria extra Spectral; e 4 (quatro) hélices.

Não há histórico de contratações anteriores no que se refere à especificidade do objeto ora requisitado.

V. DO LEVANTAMENTO DE MERCADO E JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO CONTRATADA

O levantamento de mercado e a escolha do tipo de solução a contratar constitui a etapa da identificação de soluções existentes no mercado que atendam aos requisitos estabelecidos para a contratação. Portanto, foram observados fatores relacionados ao

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-3000
FAX: 773-936-3000

atendimento da necessidade da contratação, com os seus respectivos preços estimados, considerando aspectos relacionados à economicidade, eficácia, eficiência e padronização.

Nesse sentido, o setor requisitante, baseado nos planos institucionais, e em virtude da ineficácia dos equipamentos atualmente existentes para atender as demandas da 1ª Bda Inf SI, necessita de ferramenta útil apta a prestar assessoramento operacional direto em todo território do Estado de Roraima, em áreas de difícil acesso, que necessitem de equipamento com autonomia de voo exclusiva de 60 minutos ininterruptos, sensores de aquisições de imagens RGB de 24 Mp, de monitoramento em tempo real, em HD, e de aquisição de imagens termais para operações noturnas, além de armazenamento de arquivos em dispositivo próprio, sob controle exclusivo do portador do objeto.

Ressalta-se que a aquisição em comento é inerente às atividades finalísticas desenvolvidas pelo setor requisitante, havendo, assim, compatibilidade e pertinência com o objeto pretendido pelo setor requisitante.

Dessa forma, por se tratar de aquisição de bem de **existência singular** no mercado atual, pretende-se a contratação da NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA, CNPJ: 14.854.552/0001-71, com sede na Rua Vicente Furlanetto, 765, CEP: 19053-250, Presidente Prudente /SP, por meio do procedimento da **inexigibilidade licitatória**, com fundamento no Art. 25, Inciso I, da Lei Nr 8.666, de 21 JUN 1993, que explicita o seguinte:

*"Art. 25. É **inexigível** a licitação quando houver **inviabilidade de competição**, em especial:*

*I - para **aquisição** de materiais, **equipamentos**, ou gêneros que só possam ser **fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;"*

Com essa premissa, diante das justificativas apresentadas, a aquisição do Veículo Aéreo Não Tripulado Drone Spectral 2, afigura-se singular, ante a inexistência de equipamento congênere no mercado, isto é, com as mesmas especificações técnicas e potencial de trabalho, de modo a permitir autonomia de voo de 60 minutos ininterruptos, imagens termais para operações noturnas, de monitoramento em tempo real e o armazenamento dos respectivos arquivos em dispositivo específico, segregado da nuvem *Internet*, o que permite a segurança no controle de dados estratégicos demandados, sob custódia **exclusiva** do portador do objeto.

Acrescenta-se que não é viável contratar por dispensa de licitação um objeto que, por sua natureza, seja exclusivo ou singular, ainda que aparentemente presentes os requisitos da hipótese de dispensa.

Assim sendo, em consequência da **compatibilidade e pertinência** para aquisição apresentadas, da existência de **singularidade** do objeto pretendido e devido à **inviabilidade de competição**, por conta da **exclusividade** no fornecimento do equipamento, a presente demanda apresenta os requisitos exigidos para compra por



[illegible]

meio do procedimento da inexigibilidade licitatória, satisfazendo, assim, o preconizado no Art. 25, Inciso I, da Lei Nr 8.666/1993.

VI. DAS ESTIMATIVAS DE PREÇOS

A metodologia utilizada para a obtenção do preço de referência foi a média aritmética dos valores obtidos em pesquisas de preços, com base em proposta apresentada inicialmente pela empresa fabricante/fornecedora e documentos fiscais de vendas de produtos objetos da demanda em período ulterior não superior a três meses.

Do exposto, verificou-se que o valor de R\$ 210.000,00 (duzentos e dez mil reais) apresentado em proposta formal pela empresa está na margem do valor estimado, após aplicação da metodologia supracitada.

VII. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

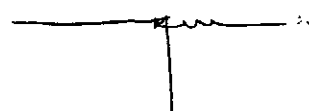
Com base em diagnóstico prévio, por meio de consulta às empresas profissionais em serviços de operação de Veículo Aéreo Não Tripulado, verificou-se que o equipamento indicado é a que mais se adequa às necessidades apresentadas pela área demandante, quais sejam: uso profissional na área de assessoramento operacional direto.

Os modelos atualmente disponíveis no mercado para aquisição por meio do processo licitatório ordinário não são considerados adequados, por envolver tecnologia inferior à requisitada pela área demandante. Além disso, apresentam vulnerabilidade de segurança quanto ao armazenamento dos dados obtidos, pois feito em nuvem na *Internet*, sob controle das empresas fabricantes estrangeiras.

Por isso, o Veículo Aéreo Não Tripulado Drone Spectral 2 foi considerado mais adequado, por apresentar tecnologia de ponta com melhor performance profissional, maior autonomia da bateria, melhor precisão no sistema de voo, estabilização, maior segurança na operação, câmeras com recursos termais para operações noturnas, com monitoramento em tempo real e, especialmente, armazenamento de arquivos em dispositivo específico, a ser controlado exclusivamente pelo setor requisitante, apresentando, assim, maior segurança na proteção de dados operacionais estratégicos de interesse.

Foi considerada, também, a possibilidade de locação do serviço a que se pretende com a aquisição do equipamento ora demandado, todavia os custos de locação e a falta de disponibilidade imediata do equipamento em caso de urgência, tornou inviável a alternativa. De forma que, o valor que seria dispendido em algumas locações seria o suficiente para aquisição de equipamento já homologado pela ANATEL de fábrica, além da capacitação de pessoal para operação do equipamento.

No que se refere à realização de processo de escolha de empresa para realização de manutenção do equipamento, verifica-se não se vislumbrar tal demanda no presente, em vista de constar em previsão da proposta o seguinte: *“Suporte, Assistência Técnica e Garantia. Será fornecido serviço de suporte e assistência técnica nacional do produto nos seguintes termos: Contato com equipe de desenvolvimento e suporte do sistema via telefone e e-mail, para a solução de dúvidas e orientação em dificuldades técnicas. A assistência técnica incidirá sobre a versão do sistema objeto*



do presente contrato. Será disponibilizada à licenciada a versão mais recente do pacote de softwares. O usuário deverá seguir a documentação técnica do equipamento. Durante a vigência do contrato a licenciada terá direito a revisões do sistema objeto deste contrato. As revisões não incluem custos de transporte, horas de mão-de-obra e materiais para reparos de partes ou sensores danificados, que serão cobrados em orçamento à parte. Os serviços de assistência técnica são efetuados na sede da contratada. Garantia dos produtos contra defeitos de fabricação: 12 meses ou 100h”.

Não há necessidade de aquisição de licenças para utilização de *software* de processamento de imagens oriundas do objeto pretendo, em vista de o setor requisitante possuir atualmente pessoal e materiais destinados a tal finalidade. No que se refere à licença para o funcionamento e operação do equipamento a empresa estabelece na proposta a atualização dos pacotes de *software* pelo período de um ano.

No que se refere à transferência de conhecimento, a empresa estabelece o seguinte: “*Treinamento. Treinamento de operação da plataforma: Local: Sede da Nuvem UAV; Treinamento incluso para até 2 pessoas indicadas pela Contratante. Treinamento: Reunião técnica de abertura para apresentação do produto, contemplando: informações técnicas do equipamento; modos de operação segura; check list pré e pós voo; detecção e análise de defeitos e panes; reparos simples em nível de usuário. Análise e reconhecimento de áreas de voo e das aplicações do usuário; Planejamentos de voo; Treinamento prático de operação do equipamento; Processamento de dados”.*

VIII. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO, QUANDO NECESSÁRIA PARA INDIVIDUALIZAÇÃO DO OBJETO

Os equipamentos serão adquiridos conforme previsão em planejamento de trabalho e disponibilidade orçamentária e de acordo com a necessidade da administração, sem que haja parcelamento do objeto. Portanto, a aquisição do Veículo Aéreo Não Tripulado deve ser feita por item único, contemplando o Drone e todos os acessórios necessários à operacionalização do equipamento com a necessária segurança que a operação requer, pois o uso desses faz-se de forma simultânea, não havendo, assim, opção ao parcelamento.

IX. DO DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS

A 1ª Bda Inf SI almeja com a presente aquisição, resultados positivos em termos de economicidade, eficácia, eficiência, bem como garantir a otimização dos recursos humanos utilizados tanto no controle quanto na execução do objeto.

A aquisição proposta visa ao atendimento às demandas para o assessoramento operacional direto ao Cmdo da 1ª Bda Inf SI, visto que a solução pressupõe:

- a. renovação de tecnologia utilizada como ferramenta na obtenção de dados;
- b. aumento no potencial de obtenção de dados, sejam eles obtidos em tempo real, de imagens noturnas, por câmera termal;
- c. melhoria na qualidade de imagens para confecção de ortomosaicos;

1. The first part of the document is a list of the names of the members of the committee who have been appointed to study the problem of the shortage of housing in the city of New York.

- d. segurança no armazenamento de dados digitais em dispositivo próprio;
- e. capacitação especializada de pessoal para operação da tecnologia adquirida.

A presente aquisição objetiva atender de forma eficaz e eficiente às demandas relacionadas ao assessoramento operacional direto ao Cmdo 1ª Bda Inf SI, assim como aos demais usuários do sistema, por meio da entrega de produtos que apresentem qualidade necessária e suficiente para a tomada de decisões.

No que tange à economicidade, a aquisição irá impactar de forma positiva a Administração, ou seja, um ganho para o Cmdo da 1ª Bda Inf SI, visto que não haverá necessidade de locações sistemáticas futuras de serviços da espécie demandada ou, até mesmo, por conta da perda da oportunidade na obtenção de dados devido à indisponibilidade de ferramenta tecnológica adequada para isso.

X. DAS PROVIDÊNCIAS PARA ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO

No ato da entrega do Veículo Aéreo Não Tripulado serão realizados testes de funcionamento dos equipamentos e acessórios e calibração dos respectivos sensores, após o que, será emitido o aceite da Nota Fiscal e/ou Contrato.

Os testes de funcionamento serão realizados por pessoal designado pelo setor requisitante no ato do treinamento de operação da plataforma.

Depois do aceite do equipamento, esse será incluído na relação de material carga da dependência do setor requisitante.

XI. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

Não se verifica contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade e contratação desta demanda.

XII. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

O Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nr 1, de 19 JAN 10, preconiza critérios de sustentabilidade ambiental quando da aquisição de bens, conforme a seguir:

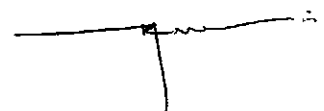
"Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, quando da aquisição de bens, poderão exigir os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva



RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

§ 1º A comprovação do disposto neste artigo poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências do edital."

A exigência da satisfação de determinado requisito ambiental deriva de imposição normativa, editada pelos órgãos de proteção ao meio ambiente, por exemplo, Conselho Nacional do Meio Ambiente – CONAMA, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, Ministério do Meio Ambiente. Nesses casos, a especificação técnica deve ser definida de acordo com as determinações da norma.

Assim, para comprovar a satisfação de requisitos ambientais, a contratada deve apresentar certificado emitido por instituição pública oficial que atesta que o bem fornecido cumpre as exigências preconizadas na norma.

XIII. OUTRAS INFORMAÇÕES

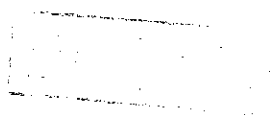
O Veículo Aéreo Não Tripulado deverá ter sua fabricação homologada pela ANATEL.

XIV. DA DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

Em face do exposto, o presente Estudo Técnico Preliminar (ETP) evidenciou que a contratação da solução mostra-se possível tecnicamente e fundamentadamente necessária. Dessa forma, **declara-se ser viável a aquisição**, considerando todos os aspectos levantados nesse estudo.

Quartel-general em Boa Vista, 31 de outubro de 2022.


RODRIGO MACIEL LESSA – Ten Cel
Cmt Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI
(Setor Requisitante)



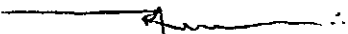


MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
(EB: 64307.012146/2022-50)

Em consonância com o que prescreve o Art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG Nr 1, de 19 JAN 10, e em atendimento à recomendação contida no Parágrafo 60 do Parecer Nr 04947/2022/NUJUR/E-CGU/AQUISIÇÕES/CJU/AJU, emitido pela Advocacia-Geral da União, este Órgão atesta que a Empresa NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA, CNPJ: 14.854.552/0001-71, com sede na Rua Vicente Furlanetto, 765, CEP: 19053-250, Presidente Prudente /SP, apresentou a **LICENÇA DE OPERAÇÃO Nr 12003593**, emitida pela **Companhia Ambiental do Estado de São Paulo – CETESB**, com validade até **11 MAR 2023**, que **autoriza a produção de Drones do Modelo Spectral** por aquela empresa, observadas as exigências técnicas constantes naquele certificado e obedecidos os aspectos exclusivamente ambientais constantes nas legislações federais e estaduais pertinentes.

Quartel-general em Boa Vista, 31 de outubro de 2022.


RODRIGO MACIEL LESSA – Ten Cel
Cmt Gp Op Intlg/1ª Bda Inf SI
(Setor Requisitante)

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637



02

Processo N°
12/00322/20

LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 11/03/2023

N° 12003593

Versão: 01

Data: 11/03/2021

Em Edifício Existente

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

Nome	NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA - "ME"			CNPJ	14.854.552/0001-71
Logradouro	RUA VICENTE FURLANETTO			Cadastro na CETESB	562-101737-0
Número	Complemento	Bairro	CEP	Município	
765		JARDIM RIO 400	19100-000	PRESIDENTE PRUDENTE	

CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

Atividade Principal

Descrição
Aeronaves, montagem de

Bacia Hidrográfica
41 - SANTO ANASTÁCIO

UGRHI
22 - PONTAL DO PARANAPANEMA

Corpo Receptor

Classe

Área (metro quadrado)

Terreno	Construída	Atividade ao Ar Livre	Novos Equipamentos	Área do módulo explorado(ha)
574,00	331,11			

Horário de Funcionamento (h)

Início	às	Término
09:00		18:00

Número de Funcionários

Administração	Produção
3	5

Licença de Instalação

Data	Número
07/02/2021	12001585

A CETESB—Companhia Ambiental do Estado de São Paulo, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Estadual nº 118/73, alterada pela Lei 13.542 de 08 de maio de 2009, e demais normas pertinentes, emite a presente Licença, nas condições e termos nela constantes;

A presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas pelo interessado e não dispensa nem substitui quaisquer Alvarás ou Certidões de qualquer natureza, exigidos pela legislação federal, estadual ou municipal;

A presente Licença de Operação refere-se aos locais, equipamentos ou processos produtivos relacionados em folha anexa;

Os equipamentos de controle de poluição existentes deverão ser mantidos e operados adequadamente, de modo a conservar sua eficiência;

No caso de existência de equipamentos ou dispositivos de queima de combustível, a densidade da fumaça emitida pelos mesmos deverá estar de acordo com o disposto no artigo 31 do Regulamento da Lei Estadual nº 997, de 31 de maio de 1976, aprovado pelo Decreto nº 8468, de 8 de setembro de 1976, e suas alterações;

Alterações nas atuais atividades, processos ou equipamentos deverão ser precedidas de Licença Prévia e Licença de Instalação, nos termos dos artigos 58 e 58-A do Regulamento acima mencionado;

Caso venham a existir reclamações da população vizinha em relação a problemas de poluição ambiental causados pela firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência;

A renovação da licença de operação deverá ser requerida com antecedência mínima de 120 dias, contados da data da expiração de seu prazo de validade.

USO DA CETESB

SD N°	Tipos de Exigências Técnicas
91593932	Ar, Água, Solo, Ruído

EMITENTE

Local: **PRESIDENTE PRUDENTE**

Esta licença de número 12003593 foi certificada por assinatura digital, processo eletrônico baseado em sistema criptográfico assimétrico, assinado eletronicamente por chave privada. Para verificação de sua autenticidade deve ser consultada a página da CETESB, na Internet, no endereço: autenticidade.cetesb.sp.gov.br

ENTIDADE

1. The first step in the process of creating a new product is to identify a market need. This involves conducting market research to determine what consumers want and what is currently available. Once a need is identified, the next step is to develop a concept that addresses this need. This may involve brainstorming ideas, creating prototypes, and testing them with potential customers. The final step is to develop a business plan that outlines the costs, revenue, and marketing strategy for the new product. This plan is essential for securing funding and guiding the development process.



LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 11/03/2023

Nº 12003593

Versão: 01

Data: 11/03/2021

Em Edifício Existente

EXIGÊNCIAS TÉCNICAS

01. Fica proibida a emissão de substâncias odoríferas na atmosfera, em quantidades que possam ser perceptíveis fora dos limites de propriedade do empreendimento.
02. As fontes de poluição atmosférica do empreendimento deverão ser controladas de forma a atender aos padrões ambientais estabelecidos pelo Regulamento da Lei Estadual Nº 997/76 aprovado pelo Decreto Estadual Nº 8.468/76 e suas alterações, bem como não causar incômodos à população vizinha.
03. Os esgotos sanitários gerados no estabelecimento deverão ser segregados dos demais efluentes e lançados em rede pública coletora de esgotos.
04. As vibrações geradas pelas atividades do empreendimento deverão ser controladas de modo a evitar incômodos ao bem estar público.
05. Dispor adequadamente os resíduos sólidos industriais e domésticos, de forma a não causar poluição ambiental, atendendo o disposto nos artigos 51 e 52 do Regulamento da Lei nº 997/76, aprovado pelo Decreto nº 8468/76, e suas alterações.

OBSERVAÇÕES

01. A presente licença é válida para a produção média anual de drones do modelo Spectral 20,00 unidades e do modelo Batmap 7,00 unidades, utilizando os seguintes equipamentos:
Unidade: FABRICAÇÃO DE AERONAVES
- Parafusadeira (Qtde: 1) (10,80 W)
- Impressora 3D (Qtde: 3) (100,00 W)
- Estação de solda e soprador térmico (Qtde: 1) (660,00 W)
- Ferro de solda (Qtde: 2) (20,00 W)
- Microretífica (Qtde: 1) (175,00 W)
- Máquina solda ponto (Qtde: 1) (400,00 W)
02. A presente Licença só é válida quando acompanhada da Declaração ou Comunicação da Junta Comercial do Estado de São Paulo classificando a firma como "MICRO-EMPRESA - ME".
03. Para emissão da presente licença foram analisados aspectos exclusivamente ambientais relacionados às legislações estaduais e federais pertinentes.
04. A presente licença não engloba aspectos de segurança das instalações, estando restrita a aspectos ambientais.
05. Esta Licença de Operação tem a validade acima mencionada, devendo a sua renovação ser solicitada à CETESB com antecedência mínima de 120 (cento e vinte) dias da data de validade, nos termos do parágrafo 6º do inciso III do art. 2º do Decreto Estadual nº 47.400 de 04 de dezembro de 2002.
06. A constatação do não atendimento das exigências técnicas acima e/ou da inconsistência das informações prestadas pelo usuário implicará, automaticamente, no CANCELAMENTO da presente licença.
07. Especial controle deverá ser adotado no sentido de evitar o acúmulo de águas de chuva e/ou efluentes que possam vir a se tornar criadouros do Aedes Aegypti, mosquito transmissor da Dengue, Chikungunya e Zika Virus, ou demais vetores biológicos.
08. A critério da CETESB, devidamente fundamentadas, ou por alteração de caráter legal, poderão ser solicitadas da empresa informações e/ou exigências adicionais.
09. Caso venha a ser registrada reclamação da população com relação a problemas de poluição ambiental causados pela atividade da firma, esta deverá tomar medidas no sentido de solucioná-los em caráter de urgência.
10. Manter disponibilizado Laudo de Vistoria emitido pelo Corpo de Bombeiros acerca das condições das





LICENÇA DE OPERAÇÃO

VALIDADE ATÉ : 11/03/2023

Nº 12003593

Versão: 01

Data: 11/03/2021

Em Edifício Existente

instalações prediais de prevenção e combate de incêndios.

11. A firma deverá manter atualizado o seu Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF/APP, junto ao IBAMA, conforme o Cadastro de Regularidade - CR, com o Registro nº 6.873.676, emitido em 11/03/2021, com validade até 11/06/2021. A apresentação do Certificado de Regularidade do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras - CTF/APP, será condicionante para a renovação da Licença de Operação.

100



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
BRIGADA LOBO D'ALMADA

RELATÓRIO ACERCA DA SINGULARIDADE DE BEM

(EB: 64307.012146/2022-50)

Com intuito de atender às recomendações contidas nos Parágrafos 32 a 35 e 52 do Parecer Nr 04947/2022/NUJUR/E-CGU/AQUISIÇÕES/CJU/AJU, emitido pela Advocacia-Geral da União, este Órgão apresenta o relatório abaixo, acerca da **comprovação da singularidade do bem**, Veículo Aéreo Não Tripulado Drone Spectral 2, objeto de contratação por essa Administração, por meio do procedimento licitatório da inexigibilidade.

1. A legislação atual prevê a possibilidade de aquisição de bem por meio da inexigibilidade de licitação, conforme prevê o Art. 25 Inciso I, da Lei Nr 8.666, de 21 JUN 19, com o seguinte teor:

*“Art. 25. É **inexigível** a licitação quando houver **inviabilidade de competição**, em especial:*

*I - para **aquisição** de materiais, **equipamentos**, ou gêneros que só possam ser **fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo**, vedada a preferência de marca, devendo a **comprovação de exclusividade** ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;”*

2. Para o enquadramento da hipótese da inexigibilidade de licitação, conforme esse dispositivo legal, faz-se necessário a satisfação das seguintes condições preliminares:

a. O objeto, que deve considerar as **normas técnicas** eventualmente existentes e elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – **ABNT** – nos termos da Lei nº 4.150/62 – restringe-se a **compras**, excluídos por consequência, os serviços;

b. **Singularidade do bem**, em decorrência de suas características técnicas pertinentes, que deverá circunscrever-se às especificações essenciais para atender às necessidades objetivadas pela Administração, vedada a preferência por marca;

c. Prova de **exclusividade** de fornecimento do bem.

3. Assim, no caso da demanda apresentada pelo setor requisitante e recomendação exarada em parecer, cabe avaliar previamente a presença efetiva dessas circunstâncias prévias, objetivando a adequada inserção do caso concreto ao permissivo supracitado, isto é, a subsunção do fato à norma.

4. O primeiro requisito – restrição do negócio à **compra** – decorre de entendimento externado na Orientação Normativa AGU nº 15, de 1º ABR 09, qual seja, “*A contratação direta com fundamento na inexigibilidade prevista no Art. 25, Inc. I, da lei Nr 8.666, de 1993, é **restrita** aos casos de **compras**, não podendo abranger serviços*”. Ou seja, a demanda em comento trata de aquisição de equipamento que objetiva a inovação tecnológica de órgão da Administração Pública visando ao melhor atendimento dos usuários, **restringindo**, portanto, **o negócio jurídico à compra de bem**, o que não envolve, por consequência, a prestação de serviços continuados. Satisfeito, por conseguinte, o primeiro requisito.

5. Já o segundo requisito – **singularidade do bem** – exige que o material a ser adquirido apresente especificações **inerentes e peculiares** que apontam para uma **única solução viável** para atender às necessidades do setor requisitante.

6. Sobre a comprovação do requisito concernente à singularidade do bem envolvendo a aquisição do Veículo Aéreo Não Tripulado Drone Spectral 2:

a. O Tribunal de Contas da União – TCU, proferiu decisões, no ano de 2008, nos Acórdãos Nr 1565 e 3645, em que manifesta o entendimento de que “*a inviabilidade de licitação somente se justifica se o objeto possuir **características únicas** que o tornem **singular**, de modo que **só ele poderá atender às necessidades da Administração**, afastando-se por consequência, a presença de produtos similares aptos a satisfazer às finalidades objetivadas, apontando para a inexistência de mercado competitivo*” (grifo nosso);

b. Baseado na normativa legal e jurisprudência supracitadas, o objeto pretenso no procedimento em curso apresenta características peculiares, em si, necessárias e suficientes ao atendimento das demandas dos usuários da 1ª Brigada de Infantaria de Selva (1ª Bda Inf SI) e, por consectário lógico, do Exército Brasileiro;

c. As peculiaridades técnicas, isto é, o porquê da escolha do material indicado são listadas abaixo:

1) Apresenta autonomia de voo de 60 minutos ininterruptos, capacidade inexistente atualmente no mercado;

2) Contém câmera captadora de imagens termais em operações noturnas;

3) Contém câmera captadora de imagens em tempo real, em HD;

4) O armazenamento de arquivos é feito em dispositivo específico (sob controle exclusivo do portador do objeto), ou seja, segregado da nuvem (*Internet*), a exemplo dos da Marca DJI, em que os dados obtidos são mantidos sob controle de país estrangeiro;

5) Fabricação nacional e assistência técnica.

Em resumo, o Drone Spectral 2 reúne em um só corpo as características necessárias e suficientes a atender às demandas sujeitas ao setor requisitante.

1. The first part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various offices of the Board of Directors of the Corporation.

d. A partir das características supracitadas, verificou-se, após pesquisas institucionais realizadas no mercado que, atualmente não há disponibilidade de equipamento que suporte todo o conjunto tecnológico citado na Alínea “c” incorporada em um só elemento. Além disso, cabe enfatizar o item da segurança no controle dos dados obtidos em operação que fica sob a tutela exclusiva do portador do objeto;

e. Como justificativa da afirmação contida no item anterior, tem-se que os Veículos Aéreos Não tripulados comercializados atualmente no mercado não congregam todas essas características em um só elemento, tornando-os insuficientes e ineficazes ao objeto a que se pretende, pois o setor requisitante fica a mercê de disponibilidade orçamentária para locação de equipamentos (de qualidade inferior) ou, até mesmo, da prestação de serviços por outros órgãos o que, de forma geral, inviabiliza a obtenção de dados, muitas vezes, pela perda do princípio da oportunidade, em vista da indisponibilidade imediata de ferramenta apta, no último caso; e do dispêndio em diversas locações, o que pode acarretar em custo maior ao do valor do objeto ora pretendido, no primeiro caso;

f. Assim, em razão do exposto, excluem-se outros equipamentos que não obstante apresentarem similaridade conceitual, não possuem reunidos em um só objeto o conjunto da inovação tecnológica supracitada, necessária e inerente à atividade finalística desempenhada pelo setor requisitante;

g. Quanto à escolha da marca modelo Drone Spectral 2, a lei veda, em princípio, a preferência por marca. Todavia, devido à natureza singular do objeto, inevitável é que a contratação seja conduzida a uma determinada marca que, na prática, representa o conjunto das especificações do objeto que o setor requisitante pretende adquirir;

h. Ademais, para atestar a singularidade do objeto, Thiago Tiedtke dos Reis, Engenheiro Cartógrafo e Mestre em Ciências Cartográficas, registrado no CREA/SP sob Nr 5063241912, emitiu Parecer Técnico sobre o equipamento em comento, em atendimento ao Art. 58, Parágrafo único, da Resolução Nr 1025/09, do CONFEA, conforme extrato abaixo:

“Drone: Spectral 2 Fabricante: Nuvem UAV Indústria de Aeronaves Ltda. Este drone possui características particulares e exclusivas no mercado, por ser o único drone totalmente elétrico e portátil que alia a operação de multirrotor com grande autonomia de bateria de voo (1 hora) para mapear ou inspecionar grandes áreas. Ademais, trata-se de um drone fabricado no Brasil e com assistência técnica nacional regular dada pelo próprio fabricante. Além da assistência técnica, o fato de ser fabricado no Brasil, reduz o risco de vazamento de informações dos usuários às entidades estrangeiras, fator este de preocupação internacional, principalmente no que se refere aos drones fabricados na China. Outra característica importante deste modelo de drone é a capacidade de integrar diferentes tipos de sensores, possibilitando ao usuário atuar em diversos tipos de trabalho com o mesmo equipamento: Sensor RGB para mapeamento topográfico; Multispectral para análises temáticas em meio ambiente e agronegócio; Termal e sistema de vídeo com transmissão em tempo real para inspeções e monitoramentos para atividades de segurança pública e de propriedades privadas. Não

tenho conhecimento de outro drone que consiga juntar todas estas características no mesmo produto, tornando este modelo com características exclusivas no mercado. Desta forma, recomendo o uso deste modelo de equipamento para atividades de mapeamento e inspeção de áreas de segurança que exijam confiabilidade e necessidade de operação contínua, por a empresa oferecer assistência técnica oficial no Brasil.”

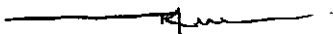
i. O registro profissional de Thiago Tiedtke dos Reis foi comprovado no link a seguir: <https://creanet1.creasp.org.br/ServicosOnline/Profissional/DetalheProfissional.aspx?chave=NTQ1ODY1>; (Pesquisa realizada em 01/11/2022 04:06:58h)

j. O Parecer Técnico emitido por Thiago Tiedtke dos Reis foi verificado e confirmado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação – ITI, por meio do link a seguir: <https://verificador.iti.br/#termsUseModal>; (Pesquisa realizada em 01/11/2022 19:21:23h).

7. No que se refere ao requisito da **Exclusividade no fornecimento do bem**, a Empresa NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA apresentou Atestado emitido pela Associação Comercial e Empresarial de Presidente Prudente/SP, emitida em 08 MAR 22, em que salienta ser essa empresa a **fabricante e fornecedora exclusiva**, no Brasil, do Veículo Aéreo Não Tripulado Drone Spectral 2, sendo a única empresa autorizada a comercializar esse equipamento, bem como executar serviços de manutenção, assistência técnica e treinamento. O que **satisfaz** o item da **exclusividade no fornecimento do bem**, conforme exigência supracitada;

8. De todo o exposto, em acolhimento às recomendações constantes em Parecer e entendimentos normativos exarados pela Advocacia-Geral da União, e diante da satisfação de normativas legais impostas, além de adoção de orientações técnicas jurisprudenciais proferidas pelo Tribunal de Contas da União, este órgão é de parecer, salvo melhor juízo, que os requisitos necessários à **comprovação da singularidade do Veículo Aéreo Não Tripulado Drone Spectral 2** – objeto da presente demanda – foram **plenamente satisfeitos**.

Quartel-general em Boa Vista, 31 de outubro de 2022.


RODRIGO MACIEL LESSA – Ten Cel
Cmt Gp Op/Intlg/1ª Bda Inf SI
(Setor Requisitante)

PARECER TÉCNICO

Eu, Engenheiro Cartógrafo e Mestre em Ciências Cartográficas, Thiago Tiedtke dos Reis, profissional habilitado e registrado no CREA/SP sob no 5063241912, atendendo ao artigo 58 e seu paragrafo único da Resolução no 1025/09, do CONFEA, venho por meio deste dar um parecer técnico sobre o seguinte equipamento.

Drone: Spectral 2

Fabricante: Nuvem UAV Indústria de Aeronaves Ltda.

Este drone possui características particulares e exclusivas no mercado, por ser o único drone totalmente elétrico e portátil que alia a operação de multirrotor com grande autonomia de bateria de voo (1 hora) para mapear ou inspecionar grandes áreas. Ademais, trata-se de um drone fabricado no Brasil e com assistência técnica nacional regular dada pelo próprio fabricante.

Além da assistência técnica, o fato de ser fabricado no Brasil, reduz o risco de vazamento de informações dos usuários às entidades estrangeiras, fator este de preocupação internacional, principalmente no que se refere aos drones fabricados na China.

Outra característica importante deste modelo de drone é a capacidade de integrar diferentes tipos de sensores, possibilitando ao usuário atuar em diversos tipos de trabalho com o mesmo equipamento: Sensor RGB para mapeamento topográfico; Multispectral para análises temáticas em meio ambiente e agronegócio; Termal e sistema de vídeo com transmissão em tempo real para inspeções e monitoramentos para atividades de segurança pública e de propriedades privadas.

Não tenho conhecimento de outro drone que consiga juntar todas estas características no mesmo produto, tornando este modelo com características exclusivas no mercado. Desta forma, recomendo o uso deste modelo de equipamento para atividades de mapeamento e inspeção de áreas de segurança que exijam confiabilidade e necessidade de operação contínua, por a empresa oferecer assistência técnica oficial no Brasil.

São Paulo/SP, 28 de outubro de 2022.

Documento assinado digitalmente
 THIAGO TIEDTKE DOS REIS
Data: 31/10/2022 17:38:28-0300
Verifique em <https://verificador.itb.br>

THIAGO TIEDTKE DOS REIS
CREA/SP: 5063241912

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-3700
FAX: 773-936-3701
WWW.CHICAGO.EDU

59

RELATÓRIO 1 - Aprovado

Versão do software : 2.10
Nome : Verificador de Conformidade
Arquivo Fonte : PARECER_TECNICO_assinado (1).pdf
Resumo SHA256 do arquivo : 25becc254689bb5ca4264546014f3d513f635d66466b0cebd953ab5bc5ba7778
Tipo do arquivo : PDF
Quantidade de assinaturas : 1
Data de verificação : 01/11/2022 19:21:23 UTC
Fonte da data : Offline

55 6

ASSINATURAS

Assinante

Assinante : CN=THIAGO TIEDTKE DOS REIS
Tipo de assinatura : Destacada
Status da assinatura : Aprovado
Caminho de certificação : Aprovado
Estrutura : De acordo (ISO 32000).
Cifra assimétrica : Aprovada
Resumo criptográfico : Correto
Atributos obrigatórios : Aprovados.

Informações do assinante

CPF : ***.519.138-**

Certificados utilizados

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=THIAGO TIEDTKE DOS REIS
Emissor : CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR
Data de emissão : 29/08/2022 19:14:42 UTC
Aprovado até : 29/08/2023 19:14:42 UTC

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR
Emissor : CN=AC Intermediaria do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR
Data de emissão : 17/06/2020 20:50:27 UTC
Aprovado até : 09/06/2033 12:00:47 UTC

LCR

56

Emissor : CN=AC Final do Governo Federal do Brasil v1, OU=AC Intermediária do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 01/11/2022 18:40:57 UTC
Próxima atualização : 01/11/2022 19:50:57 UTC

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=AC Intermediária do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR
Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=Gov-Br, C=BR
Data de emissão : 16/06/2020 20:03:47 UTC
Aprovado até : 09/06/2033 12:00:47 UTC

LCR

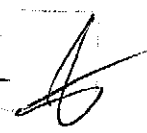
Emissor : CN=AC Intermediária do Governo Federal do Brasil v1, OU=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, O=Gov-Br, C=BR
Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Data de publicação : 14/10/2022 21:33:28 UTC
Próxima atualização : 12/01/2023 21:33:28 UTC

Certificado

Buscado : Offline
Assinatura : Aprovada
Entidade : CN=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=Gov-Br, C=BR
Emissor : CN=Autoridade Certificadora Raiz do Governo Federal do Brasil v1, OU=Instituto Nacional de Tecnologia da Informacao - ITI, O=Gov-Br, C=BR
Data de emissão : 10/06/2020 15:45:29 UTC
Aprovado até : 10/06/2033 15:00:29 UTC

Atributos Obrigatórios

1. The first part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various positions of the Board of Directors of the company. The names are listed in alphabetical order of their surnames.

57 

Nome do atributo : IdMessageDigest

Corretude : Aprovado

Nome do atributo : IdContentType

Corretude : Aprovado

Atributos Opcionais

Nome do atributo : IdSigningTime

Resultado da verificação : Aprovado





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP



CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Número da Certidão: CI - 2887318/2022

Válida até: 31/12/2022

CERTIFICAMOS, que a pessoa jurídica abaixo citadas se encontra registrada neste Conselho, para atividades técnicas limitadas a competência legal de seus responsáveis técnicos, nos termos da Lei nº 5.194 de 24 de dezembro de 1966.

CERTIFICAMOS, ainda, face ao estabelecido no artigo 68 da referida Lei, que a pessoa jurídica mencionada, bem como seus responsáveis técnicos anotados não se encontram em débito com o CREA-SP.

CERTIFICAMOS, mais, que a certidão não concede a empresa o direito de executar quaisquer serviços técnicos sem a participação real, efetiva e inofismável dos responsáveis técnicos abaixo citados, e que perderá a sua validade se ocorrer qualquer modificação nos dados cadastrais nela contidos, após a data de sua expedição.

Razão Social: NUVEM UAV INDÚSTRIA DE AERONAVES LTDA

CNPJ: 14.854.552/0001-71

Endereço: Avenida DA SAUDADE, 535 SALA 15
CIDADE UNIVERSITÁRIA
19050310 - Presidente Prudente - SP

Número de registro no CREA - SP: 2262670

Data do registro: 05/05/2020

Processo (Sipro): F-001689/2020

Processo (SEI): -*-*-*-*

Capital Social: R\$ 20.000,00

Observação:

Restrição de Atividades ref. ao obj. social, conf. Instr. vigente. EXCLUSIVAMENTE PARA AS ATIVIDADES NA ÁREA DA ENGENHARIA CARTOGRÁFICA.

Objetivo Social:

Comércio varejista, atacadista e importação de equipamentos e suprimentos de informática, equipamentos eletrônicos e elétricos, comércio varejista de artigos fotográficos e para filmagens, fabricação, montagem, manutenção e locação de drones, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador não customizáveis, reparação e manutenção de computadores e de equipamentos periféricos e treinamento em informática.

Responsabilidade Técnica Ativa:

Nome: ROBERTO DA SILVA RUY

Título: ENGENHEIRO CARTÓGRAFO

Do artigo 6º, da Resolução nº 218, de 29 de junho de 1973, do CONFEA.

Origem do Registro: CREA-SP

1. The first part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various offices of the city government. The names are listed in alphabetical order, and each name is followed by the name of the office to which the person has been appointed.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA
DO ESTADO DE SÃO PAULO - CREA-SP



CERTIDÃO DE REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA

Continuação da Certidão: CI - 2887318/2022 Página 02

Número do Registro (CREASP): 5061181030

Registro Nacional: 2606138180

Data de início da responsabilidade técnica: 05/05/2020

Responsabilidade Técnica em vigor até a presente data.

Esta certidão não quita nem invalida qualquer débito ou infração em nome da empresa e/ou profissional(is), e perderá sua validade caso ocorram quaisquer alterações em seus dados acima descritos.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o(a) autor(a) à competente ação penal e/ou processo ético respectivo.

A autenticidade desta certidão deverá ser verificada no site: www.creasp.org.br

Código de controle da certidão: ddc41ee2-16e3-45a3-b5c9-aed5fb9691c0

Situação cadastral extraída em: 28/09/2022 22:18:10

Emitida via Serviços Online.

Em caso de dúvidas, consulte 0800-0171811, ou o site www.creasp.org.br, link Atendimento/Fale Conosco ou ainda através da unidade UGI PRESIDENTE PRUDENTE, situada à Rua: EUFRÁSIO TOLEDO, 72, JARDIM MARUPIARA, PRESIDENTE PRUDENTE-SP, CEP: 19060-100, ou procure a unidade de atendimento mais próxima.

SÃO PAULO, 28 de Setembro de 2022



1. The first part of the document is a title page. It contains the title of the document, the author's name, and the date of the document. The title is "The First Part of the Document". The author's name is "John Doe". The date is "12/12/2023".

RECEBEMOS DE NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA. - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO

DATA DE RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

608

NT-e

Nº 001.093

Série 1



Nuvem UAV Indústria de Aeronaves Ltda. - ME
Rua Vicente Furlanero, 765, Jardim Rio 400, Presidente Prudente - SP - 19.053-250
Fone (11) 3280-8268
www.nuvemuav.com
emil@nuvem.in

DANFE
Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica
0-Entrada
1-Saída

1

Nº 001.093
SÉRIE: 1
FOLHA: 1 de 1



CHAVE DE ACESSO
3522 0714 8545 5200 0171 5500 1000 0010 9312 3625 3054

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO
Venda de Mercadorias

PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO
135221009526373 - 29/07/2022 15:25:59

INSCRIÇÃO ESTADUAL
562406947111

INSCR. ESTADUAL DO SUBST.TRIB.

CNPJ
14.854.552/0001-71

DESTINATÁRIO / REMETENTE

Nome / Razão Social
SCHAEDLER SERVICOS AGRONOMICOS LTDA

CNPJ/CPF
42.158.901/0001-56

DATA EMISSÃO
29/07/2022

ENDERÇO
AV ANTONIO ANDRE MAGGI, 869 - QUADRA63 LOTE 03

BAIRRO
LOTEAMENTO CIDEZAL I

CEP
78.365-000

DATA SAÍDA
29/07/2022

MUNICÍPIO
Sapezal

PON/FAX

UF
MT

INSCRIÇÃO ESTADUAL
139082247

HORA SAÍDA
14:51

CÓDIGO DO IMPOSTO

DE CÁLCULO DO ICMS

VALOR DO ICMS
8.830,01

BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST
0,00

VALOR DO ICMS ST
0,00

VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
182.788,73

VALOR DO FRETE
0,00

VALOR DO SEGURO
0,00

DESCONTO
0,00

OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS
0,00

VALOR DO IPI
4.211,27

VALOR TOTAL DA NOTA
187.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

Razão Social

Frete por Conta
9 - Sem Ocorrência de Transporte

Código ANTT

Placa do Veículo

UF

CNPJ/CPF

Endereço

Município

UF

Inscrição Estadual

Quantidade
0

Especie

Marca

Número

Peso Bruto
0,000

Peso Líquido
0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	%ICMS	%IPI
080	Nuvem UAV Spectral 2	88022022	020	6.101	UN	1,00	64.788,73	64.788,73	39.428,67	2.760,01	4.211,27	7,00	6,50
081	Bateria Nuvem UAV Spectral 2	85076000	000	6.102	UN	3,00	7.500,00	22.500,00	22.500,00	1.575,00	0,00	7,00	0,00
0104	Rover PPK L1/L2	85299040	100	6.102	UN	1,00	18.000,00	18.000,00	18.000,00	720,00	0,00	4,00	0,00
068	BASE PPK L1/L2	85299040	000	6.102	UN	1,00	22.500,00	22.500,00	22.500,00	1.575,00	0,00	7,00	0,00
062	Micasense Rededge MX	95030097	200	6.102	UN	1,00	55.000,00	55.000,00	55.000,00	2.200,00	0,00	4,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
157.428,67 0,00

Reservado ao Fisco

Tributos aproximados: R\$ 30.197,17 (Federal) e R\$ 29.940,97 (Estadual). Fonte: IBPT D3C559

Obtenha o arquivo XML em <https://erp.tiny.com.br/nfe>

RECEBEMOS DE NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA. - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO	
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

NF-e
Nº 001.098
Série 1



Nuvem UAV Indústria de Aeronaves Ltda. - ME
Rua Vicente Furlanetto, 765, Jardim Rio 400,
Presidente Prudente - SP - 19.053-250
Fone (11) 3280-8268
www.nuvemuav.com
email@nuvem.in

DANFE

Documento Auxiliar
da Nota Fiscal
Eletrônica
0-Entrada
1-Saída

Nº 001.098

SÉRIE: 1
FOLHA: 1 de 1



CHAVE DE ACESSO

3522 0814 8545 5200 0171 5500 1000 0010 9812 3645 5544

Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Mercadorias		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135221025371825 - 02/08/2022 11:34:37	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 562406947111	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ 14.854.552/0001-71	

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA - FUNAPE		CNPJ/CPF 00.799.205/0001-89	DATA EMISSÃO 02/08/2022
ENDEREÇO AV ESPERANCA, 1533 - QUADRA AREA, LOTE AREA, PQ TECNOLOGICO SAMABAIA, ED. FUNAPE		CEP 74.690-612	DATA SAÍDA 02/08/2022
MUNICÍPIO Goiânia	BAIRRO AREA CAMPUS SAMAMBAIA	UF GO	HORA SAÍDA 11:15:00

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS 31.000,00	VALOR DO ICMS 1.240,00	BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST 0,00	VALOR DO ICMS ST 0,00	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS 31.000,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00
				VALOR TOTAL DA NOTA 31.000,00

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS

RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA 9 - Sem Ocorrência de Transporte	CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL		
QUANTIDADE 0	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000

DADOS DO PRODUTO/SERVICO

CODIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL	BL ICMS	VL. ICMS	VL. IPI	%ICMS	%IPI
48	Licença Agisoft Metashape Professional Edition, Node-Locked + Treinamento	00000000	100	6.108	un	1,00	31.000,00	31.000,00	31.000,00	1.240,00	0,00	4,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 31.000,00 0,00 Tributos aproximados: R\$ 1.922,00 (Federal). Fonte: IBPT 3E8D48 Centro de Custo: 52.095 / Pedido: 182415 / Código Controle Externo: 01.22.0197.00 Referência 1210/21 Ordem de Fornecimento nº1691 - Solicitação nº182415 - Orçamento nº13207	RESERVADO AO FISCO
---	--------------------

Obtenha o arquivo XML em <https://erp.tiny.com.br/nfe>

628

RECEBEMOS DE NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA. - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 001.099 Série 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



Nuvem UAV Industria de Aeronaves Ltda. - ME
 Rua Vicente Furlanetto, 765, Jardim Rio 400,
 Presidente Prudente - SP - 19.053-250
 Fone (11) 3280-8268
 www.nuvemuav.com
 email@nuvem.in

DANFE
 Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal
 Eletrônica
 0-Entrada
 1-Saída 1
Nº 001.099
 SÉRIE: 1
 FOLHA: 1 de 1



CHAVE DE ACESSO
3522 0814 8545 5200 0171 5500 1000 0010 9912 3645 9008
 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Mercadorias		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135221025375304 - 02/08/2022 11:35:03	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 562406947111	INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ 14.854.552/0001-71	

DESTINATÁRIO / REMETENTE NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA - FUNAPE		CNPJ/CNP 00.799.205/0001-89	DATA EMISSÃO 02/08/2022
ENDEREÇO AV ESPERANCA, 1533 - QUADRA AREA, LOTE AREA, PQ TECNOLOGICO SAMABAIA, ED. FUNAPE		CEP 74.690-612	DATA SAÍDA 02/08/2022
MUNICÍPIO Goiânia	BAIRRO AREA CAMPUS SAMAMBAIA	UF GO	HORA SAÍDA 11:15:00

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 99.700,00		0,00		0,00		99.700,00	
VALOR DO PRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 99.700,00		

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 9 - Sem Ocorrência de Transporte		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CNP
RAZÃO SOCIAL							
ENDEREÇO		MUNICÍPIO				UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 0	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000		

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANT.	VLR. UNIT.	VLR. TOTAL	BC ICMS	VLR. ICMS	VLR. IPI	%ICMS	%IPI
0190	Micasense Rededge P	85235110	100	6.108	un	1,00	99.700,00	99.700,00	99.700,00	3.988,00	0,00	4,00	0,00

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 99.700,00 0,00 Tributos aproximados: R\$ 26.300,86 (Federal) e R\$ 13.260,10 (Estadual). Fonte: IBPT 3ERD48 Centro de Custo: 52.095 / Pedido: 182427 / Código Controle Externo: 01.22.0197.00 Referência 1210/21 Ordem de Fornecimento nº 1690 - Solicitação nº 182427 - Orçamento nº 13206		

Obtenha o arquivo XML em <https://erp.tiny.com.br/nfe>

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
1100 EAST 58TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637

RECEBEMOS DE NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA. - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 001.119 Série 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



Nuvem UAV Industria de Aeronaves Ltda. - ME
 Rua Vicente Furlanetto, 765, Jardim Rio 400,
 Presidente Prudente - SP - 19.053-250
 Fone (11) 3280-8268
 www.nuvenuav.com
 email@nuvem.in

DANFE
 Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal
 Eletrônica
 0-Entrada 1
 1-Saída 1
Nº 001.119
 SÉRIE: 1
 FOLHA: 1 de 1



CHAVE DE ACESSO
3522 0814 8545 5200 0171 5500 1000 0011 1912 4293 5791
 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Mercadorias		PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135221162744974 - 29/08/2022 09:33:57	
INSCRIÇÃO ESTADUAL 562406947111	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ 14.854.552/0001-71	

DESTINATÁRIO / REMETENTE FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA - FUNAPE		CNPJ/CPF 00.799.205/0001-89	DATA EMISSÃO 29/08/2022
ENDEREÇO AV ESPERANCA, 1533 - QUADRA AREA, LOTE AREA, PQ TECNOLOGICO SAMABAIA, ED. FUNAPE		CEP 74.690-612	DATA SAÍDA 29/08/2022
MUNICÍPIO Goiânia	BAIRRO AREA CAMPUS SAMAMBAIA	UF GO	HORA SAÍDA 09:30

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS	
		257.400,00		18.018,00		0,00		0,00		241.690,14	
VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		DESCONTO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS		VALOR DO IPI		VALOR TOTAL DA NOTA	
0,00		0,00		0,00		0,00		15.709,86		257.400,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA 9 - Sem Ocorrência de Transporte		CÓDIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
RAZÃO SOCIAL							
ENDEREÇO		MUNICÍPIO				UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 0	ESPECIE	MARCA		NÚMERO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000	

CÓDIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CFOP	UNID	QUANT	VLR UNIT	VLR TOTAL	BC ICMS	VLR ICMS	VLR IPI	%ICMS	%IPI
080	Nuvem UAV Spectral 2	88022022	000	6 107	UN	2,00	120.845,07	241.690,14	257.400,00	18.018,00	15.709,86	7,00	6,50

DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 257.400,00 0,00 Tributos aproximados: R\$ 35.721,80 (Federal) e R\$ 43.504,23 (Estadual). Fonte: IBPT 358D48 Centro de Custo: 52.095 / Pedido: 182417 / Código Controle Externo: 01.22.0197.00 Referência 1210/21 Ordem de Fornecimento nº1880 - Solicitação nº 182417 - Orçamento nº13385		

Obtenha o arquivo XML em <https://erp.tiny.com.br/nfe>

RECEBEMOS DE NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA. - ME OS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NF-e Nº 001.114 Série 1
DATA DE RECEBIMENTO	IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR	



Nuvem UAV Industria de Aeronaves Ltda. - ME
 Rua Vicente Furlanetto, 765, Jardim Rio 400,
 Presidente Prudente - SP - 19.053-250
 Fone (11) 3280-8268
 www.nuvemuav.com
 email@nuvem.in

DANFE
 Documento Auxiliar
 da Nota Fiscal
 Eletrônica
 0-Entrada
 1-Saída

Nº 001.114
 SÉRIE: 1
 FOLHA: 1 de 1



CHAVE DE ACESSO
3522 0814 8545 5200 0171 5500 1000 0011 1412 4082 4228
 Consulta de autenticidade no portal nacional da NF-e
 www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da Sefaz autorizadora

NATUREZA DA OPERAÇÃO Venda de Mercadorias		PROTÓCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO 135221136743540 - 23/08/2022 14:36:57
INSCRIÇÃO ESTADUAL 562406947111	INSCR. ESTADUAL DO SUBST. TRIB.	CNPJ 14.854.552/0001-71

DESTINATÁRIO / REMETENTE		CNPJ/CPF	DATA EMISSÃO
NOME / RAZÃO SOCIAL FUNDAÇÃO DE APOIO A PESQUISA - FUNAPE		00.799.205/0001-89	23/08/2022
ENDEREÇO AV ESPERANCA, 1533 - QUADRA AREA, LOTE AREA, PQ TECNOLOGICO SAMABAIA, ED. FUNAPE		CEP 74.690-612	DATA SAÍDA 23/08/2022
MUNICÍPIO Goiânia	PAÍS BRASIL	UF GO	HORA SAÍDA 14:29:00

CÁLCULO DO IMPOSTO		BASE DE CÁLCULO DO ICMS ST		VALOR DO ICMS ST		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
BASE DE CÁLCULO DO ICMS 65.000,00		2.600,00		0,00		65.000,00
VALOR DO FRETE 0,00	VALOR DO SEGURO 0,00	DESCONTO 0,00	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS 0,00	VALOR DO IPI 0,00	VALOR TOTAL DA NOTA 65.000,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES TRANSPORTADOS		FRETE POR CONTA	CODIGO ANTT	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ/CPF
RAZÃO SOCIAL		9 - Sem Ocorrência de Transporte				
ENDEREÇO		MUNICÍPIO			UF	INSCRIÇÃO ESTADUAL
QUANTIDADE 0	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO 0,000	PESO LÍQUIDO 0,000	

DADOS DO PRODUTO/SERVIÇO													
CODIGO	DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS	NCM/SH	CST	CEP	UNID	QUANT	VL. UNIT.	VL. TOTAL	BC ICMS	VL. ICMS	VL. IPI	%ICMS	%IPI
052	Flir Duo Pro R 640 32deg. 19MM. 9Hz.	90021111	200	6.108	UN	1,00	65.000,00	65.000,00	65.000,00	2.600,00	0,00	4,00	0,00

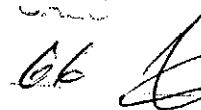
DADOS ADICIONAIS		RESERVADO AO FISCO
INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES 65.000,00 0,00 Tributos aproximados: R\$ 11.297,00 (Federal) e R\$ 11.700,00 (Estadual). Fonte: IBPT 3ERD48 Centro de Custo 52.095/ Pedido: 182418/ Código Controle Externo: 01.22.0197.00/ Referência 1210/21 Ordem de Fornecimento nº1692/ Solicitação nº 182418/ Orcamento nº 13205. Dados para Pagamento: Banco Itaú Ag 0050 C/C 48979-8 ou Banco do Brasil Ag. 7655-4 C/C 332-8		

Obtenha o arquivo XML em <https://erp.tiny.com.br/nfe>

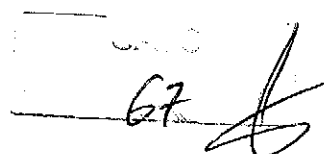
65

FUNAPE Fundação de Apoio à Universidade Federal de Goiás		Ordem de Fornecimento nº 1691 Solicitação nº 182415 Orçamento nº 13207				
COMPRADOR: THAIZA VASCONCELOS		C.CUSTO: 52.095				
DADOS DO FORNECEDOR		DATA CRIAÇÃO: 17/06/2022				
FORNECEDOR: NUVEM UAV CPF / CNPJ: 14.854.552/0001-71 ENDEREÇO: RUA VICENTE FURLANETTO, 765, BAIRRO: JARDIM RIO 400 CIDADE / UF: PRESIDENTE PRUDENTE / SP TELEFONE: (11) 3280-8268 CONTATO: ROBERTO		DADOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CNPJ: 00.799.205/0001-89 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.247.914-3 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 44.224-0 ENDEREÇO: AV. ESPERANÇA, N° 1533, QUADRA ÁREA, LOTE ÁREA, CONDOMÍNIO PARQUE TECNOLÓGICO SAMAMBAIA, EDIFÍCIO FUNAPE BAIRRO: ÁREA CAMPUS SAMAMBAIA CIDADE / UF: GOIÂNIA / GOIÁS CEP: 74.690-612 TELEFONE: (62) 3216-7322 (7308/7318)				
DESCRIÇÃO / MATERIAL / SERVIÇO	QTDE.	UND.	ENTREGA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	OBSERVAÇÃO
1 Licença do software Agisoft Metashape (Node-locked license) + Treinamento do Agisoft Metashape	1	UND		R\$ 31.000,00	R\$ 31.000,00	O pagamento da NOTA FISCAL só será feito se estiver de acordo com essa Ordem de Fornecimento
VALOR → R\$ 31.000,00		FRETE → R\$ 0,00		DESCONTO → R\$ 0,00		VALOR TOTAL → R\$ 31.000,00
AUTORIZAMOS O FORNECIMENTO ACIMA NAS SEGUINTE CONDIÇÕES				SETOR DE COMPRAS / IMPORTAÇÃO		
PAGAMENTO: 10 DIAS O pagamento será feito exclusivamente na praça de Goiânia-GO. Constatando-se que a Qtd, Especificação, Qualidade, Preços, Prazos ou Datas para entrega não estejam de acordo, permite-se a reclamação ou devolução parcial ou total no ato ou posteriormente.						
LOCAL DE ENTREGA:				Observações Gerais:		
UNIDADE: Universidade Federal de Goiás DEPARTAMENTO: Departamento de Estatística END. ENTREGA: AVENIDA PETER HENRY ROLFS BAIRRO: CAMPUS CIDADE: VIÇOSA UF: MG UNIVERSITÁRIO CEP: 365.709-00 FONE: (31) 9888-3433 Att: Luiz Alexandre				Incluir no campo de observações gerais da nota fiscal as seguintes informações: Centro de Custo: 52.095 / Pedido: 182415 / Código Controle Externo: 01.22.0197.00 Referência 1210/21		
COMUNICADO IMPORTANTE: Fornecedor de fora do estado que não tenha o cadastro em Goiás de Substituto Tributário deve emitir a Nota Fiscal de venda e anexar GNRE quitado com o ICMS diferencial de alíquota e outro GNRE com o adicional de 2% do Protege.						
JUSTIFICATIVA: Embasamento Legal: Emenda Constitucional 87/2015 que altera os incisos VII e VIII do § 2º do Artigo 155 e Adicional Protege - RCTE 4.852 de 29/12/1997 anexo XIV art 26, Paragrafo 6º.						

THE UNIVERSITY OF CHICAGO
LIBRARY
540 EAST 57TH STREET
CHICAGO, ILL. 60637
TEL: 773-936-5000
FAX: 773-936-5001
WWW.CHICAGO.EDU



FUNAPE Fundação de Apoio à Pesquisa		Ordem de Fornecimento nº 1692 Solicitação nº 182418 Orçamento nº 13205				
COMPRADOR: THAIZA VASCONCELOS		C.CUSTO: 52.095 DATA CRIAÇÃO: 17/08/2022				
DADOS DO FORNECEDOR FORNECEDOR: NUVEM UAV CPF / CNPJ: 14.854.552/0001-71 ENDEREÇO: RUA VICENTE FURLANETTO,765, BAIRRO: JARDIM RIO CIDADE / UF: PRESIDENTE PRUDENTE / SP TELEFONE: (11) 3289-8268 CONTATO: ROBERTO		DADOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CNPJ: 00.799.205/0001-89 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.247.814-3 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 44.224-0 ENDEREÇO: AV. ESPERANÇA, N° 1533, QUADRA ÁREA, LOTE ÁREA, CONDOMÍNIO PARQUE TECNOLÓGICO SAMAMBAIA, EDIFÍCIO FUNAPE BAIRRO: ÁREA CAMPUS SAMAMBAIA CIDADE / UF: GOIÂNIA / GOIÁS CEP: 74.690-612 TELEFONE: (62) 3216-7322 (7308/7318)				
DESCRIÇÃO / MATERIAL / SERVIÇO	QTD.	UND.	ENTREGA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	OBSERVAÇÃO
1 Câmera FLIR VUE PRO R, 540, 19 mm, 9Hz, FOV 32 x 26 com Software Thermal Studio PRO, licença perpétua	1	UND		R\$ 65.000,00	R\$ 65.000,00	O pagamento da NOTA FISCAL só será feito se estiver de acordo com essa Ordem de Fornecimento
VALOR → R\$ 65.000,00		FRETE → R\$ 0,00		DESCONTO → R\$ 0,00		VALOR TOTAL → R\$ 65.000,00
AUTORIZAMOS O FORNECIMENTO ACIMA NAS SEGUINTES CONDIÇÕES				SETOR DE COMPRAS / IMPORTAÇÃO		
PAGAMENTO: 15 DIAS O pagamento será feito exclusivamente na praça de Goiânia-GO. Constatando-se que a Qtd, Especificação, Qualidade, Preços, Prazos ou Datas para entrega não estejam de acordo, permite-se a reclamação ou devolução parcial ou total no ato ou posteriormente.						
LOCAL DE ENTREGA:						
UNIDADE: Universidade Federal de Viçosa DEPARTAMENTO: Departamento de Estatística END. ENTREGA: AVENIDA PETER HENRY ROLFS BAIRRO: CAMPUS CIDADE: VIÇOSA UF: MG UNIVERSITÁRIO CEP: 365.709-00 FONE: (31) 98883-4330 Att: Luiz Alexandre				Observações Gerais: Incluir no campo de observações gerais da nota fiscal as seguintes informações: Centro de Custo: 52,095 / Pedido: 182418 / Código Controle Externo: 01.22.0197,00 Referência 1210/21		
COMUNICADO IMPORTANTE: Fornecedor de fora do estado que não tenha o cadastro em Goiás de Substituto Tributário deve emitir a Nota Fiscal de venda e anexar GNRE quitado com o ICMS diferencial de alíquota e outro GNRE com o adicional de 2% do Protege.						
JUSTIFICATIVA: Embasamento Legal: Emenda Constitucional 87/2015 que altera os Incisos VII e VIII do § 2º do Artigo 155 e Adicional Protege - RCTE 4.852 de 29/12/1997 anexo XIV art 20, Parágrafo 6º.						



FUNAPE Fundação de Apoio à Pesquisa		Ordem de Fornecimento nº 1690 Solicitação nº 182427 Orçamento nº 13206				
COMPRADOR: THAIZA VASCONCELOS		C.CUSTO: 52.095 DATA CRIAÇÃO: 17/06/2022				
DADOS DO FORNECEDOR		DADOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL				
FORNECEDOR: NUVEM UAV CPF / CNPJ: 14.894.552/0001-71 ENDEREÇO: RUA VICENTE FURLANETTO, 765, BAIRRO: JARDIM RIO CIDADE / UF: PRESIDENTE PRUDENTE / SP 400 TELEFONE: (11) 3280- CONTATO: ROBERTO 8268		RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CNPJ: 00.799.205/0001-89 INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.247.914-3 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 44.224-0 ENDEREÇO: AV. ESPERANÇA, Nº 1533, QUADRA ÁREA, LOTE ÁREA, CONDOMÍNIO PARQUE TECNOLÓGICO SAMAMBAIA, EDIFÍCIO FUNAPE BAIRRO: ÁREA CAMPUS SAMAMBAIA CIDADE / UF: GOIÂNIA / GOIÁS CEP: 74.690-612 TELEFONE: (62) 3216-7322 (7308/7318)				
DESCRIÇÃO / MATERIAL / SERVIÇO	QTD.	UND.	ENTREGA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	OBSERVAÇÃO
1 Câmera Micasense Rededge P com integração no drone Spectral	1	UND		R\$ 99.700,00	R\$ 99.700,00	O pagamento da NOTA FISCAL só será feito se estiver de acordo com essa Ordem de Fornecimento
VALOR → R\$ 99.700,00		FRETE → R\$ 0,00		DESCONTO → R\$ 0,00		VALOR TOTAL → R\$ 99.700,00
AUTORIZAMOS O FORNECIMENTO ACIMA NAS SEGUINTES CONDIÇÕES						SETOR DE COMPRAS / IMPORTAÇÃO
PAGAMENTO: 15 DIAS O pagamento será feito exclusivamente na praça de Goiânia-GO. Constatando-se que a Qtd, Especificação, Qualidade, Preços, Prazos ou Datas para entrega não estejam de acordo, permite-se a reclamação ou devolução parcial ou total no ato ou posteriormente.						
LOCAL DE ENTREGA:						
UNIDADE: Universidade Federal de Viçosa DEPARTAMENTO: Departamento de Estatística END. ENTREGA: AVENIDA PETER HENRY ROLFS BAIRRO: CAMPUS CIDADE: VIÇOSA UF: MG UNIVERSITÁRIO CEP: 365.709-00 FONE: (31) 9888-3433 Att: Luiz Alexandre						Observações Gerais: Incluir no campo de observações gerais da nota fiscal as seguintes informações: Centro de Custo: 52.095 / Pedido: 182427 / Código Controle Externo: 01.22.0197.00 Referência 1210/21
COMUNICADO IMPORTANTE: Fornecedor de fora do estado que não tenha o cadastro em Goiás de Substituto Tributário deve emitir a Nota Fiscal de venda e anexar GNRE quitado com o ICMS diferencial de alíquota e outro GNRE com o adicional de 2% do Protege.						
JUSTIFICATIVA: Embasamento Legal: Emenda Constitucional 87/2015 que altera os incisos VII e VIII do § 2º do Artigo 155 e Adicional Protege - RCTE 4.852 de 29/12/1997 anexo XIV art 20, Parágrafo 6º.						

FUNAPE Fundação de Apoio à Pesquisa		Ordem de Fornecimento nº 1880 Solicitação nº 182417 Orçamento nº 13385				
COMPRADOR: FERNANDO MESSIAS AIRES DE ARAUJO		C.CUSTO: 52.095 DATA CRIAÇÃO: 01/07/2022				
DADOS DO FORNECEDOR		DADOS PARA EMISSÃO DE NOTA FISCAL				
FORNECEDOR: NUVEM UAV		RAZÃO SOCIAL: FUNDAÇÃO DE APOIO À PESQUISA CNPJ: 00.799.205/0001-89				
CPF / CNPJ: 14.854.552/0001-71		INSCRIÇÃO ESTADUAL: 10.247.914-3 INSCRIÇÃO MUNICIPAL: 44.224-0				
ENDEREÇO: RUA VICENTE FURLANETTO, 765.		ENDEREÇO: AV. ESPERANÇA, Nº 1533, QUADRA ÁREA, LOTE ÁREA, CONDOMÍNIO PARQUE TECNOLÓGICO SAMAMBAIA, EDIFÍCIO FUNAPE				
BAIRRO: JARDIM RIO 400 CIDADE / UF: PRESIDENTE PRUDENTE / SP		BAIRRO: ÁREA CAMPUS SAMAMBAIA CIDADE / UF: GOIÂNIA / GOIÁS				
TELEFONE: (11) 3280-8268 CONTATO: ROBERTO		CEP: 74.690-012 TELEFONE: (62) 3216-7322 (7308/7318)				
DESCRIÇÃO / MATERIAL / SERVIÇO	QTDE.	UND.	ENTREGA	VLR. UNIT	VLR. TOTAL	OBSERVAÇÃO
1 DRONE DO TIPO SPECTRAL COM ACESSÓRIOS. O DRONE DEVE PERMITIR A INTEGRAÇÃO DE DIVERSOS TIPOS DE CÂMERAS E POSSUIR AUTONOMIA DE VOO DE CERCA DE 60 MINUTOS.	2	UND		R\$ 126.700,00	R\$ 257.400,00	O pagamento da NOTA FISCAL só será feito se estiver de acordo com essa Ordem de Fornecimento
VALOR → R\$ 257.400,00		FRETE → R\$ 0,00		DESCONTO → R\$ 0,00		VALOR TOTAL → R\$ 257.400,00
AUTORIZAMOS O FORNECIMENTO ACIMA NAS SEGUINTESS CONDIÇÕES				DADOS PARA ENVIO DA ORDEM DE FORNCEIMENTO		
PAGAMENTO: 10 DIAS O pagamento será feito exclusivamente na praça de Goiânia-GO. Constatando-se que a Otd, Especificação, Qualidade, Prazos, Prazos ou Datas para entrega não estejam de acordo, permite-se a redemissão ou devolução parcial ou total no ato ou posteriormente.				NOME: Roberto CONTATO: roberto@nuvemuv.com		
LOCAL DE ENTREGA:				OBSERVAÇÕES GERAIS:		
UNIDADE: Universidade Federal de Viçosa DEPARTAMENTO: Estatística END. ENTREGA: AVENIDA PETER HENRY ROLFS BAIRRO: CAMPUS UNIVERSITÁRIO CIDADE: VIÇOSA UF: MG CEP: 355.708-00 FONE: (31) 98863-4330 Att: Luiz Alexandre				Incluir no campo de observações gerais da nota fiscal as seguintes informações: Centro de Custo: 52.095 / Pedido: 182417 / Código Controle Externo: 01.22.0197.00 Referência 1210/21		
COMUNICADO IMPORTANTE: Fornecedor de fora do estado que não tenha o cadastro em Goiás de Substituto Tributário deve emitir a Nota Fiscal de venda e anexar GNRE quitado com o ICMS diferencial de alíquota e outro GNRE com o adicional de 2% do Protege.						
JUSTIFICATIVA: Embasamento Legal: Emenda Constitucional 87/2015 que altera os incisos VII e VIII do § 2º do Artigo 155 e Adicional Protcgo - RCTE 4.852 de 29/12/1997 anexo XIV art 20, Parágrafo 6º.						



14/06/2022

Venda G2147



Nuvem UAV Indústria de Aeronaves LTDA

(11) 3280 8268

email@nuvemuav.com

Rua Vicente Furlaneto, 765

www.nuvemuav.com

Cliente: Schaedler Serviços Agrônômicos Ltda (Agro Santa Angela)

42.158.901/0001-56

Av Antonio Andre Maggi, 869, quadra 63 lote 3, Sapezal - MT

Inscrição Estadual 13908224-7

Número da Proposta: 1.804

Item	Grupo	Produto/Serviço	Qtd.	Valor unitario	Desconto	Total
1	Drones	Drone Spectral de Demonstração com câmera RGB 24MP	1	69.000,00		69.000,00
2	Acessórios	Bateria extra Spectral	3	7.500,00		22.500,00
3	Acessórios	PPK L1/L2 instalado no drone (Rover)	1	18.000,00		18.000,00
4	Acessórios	Base PPK L1/L2	1	22.500,00		22.500,00
5	Sensores	Micasense RedEdge-MX	1	55.000,00		55.000,00
					Desconto:	0.0%
					Total:	R\$ 187.000,00

Observações

Drone Spectral usado de demonstração com baterias extras, PPK com base de solo e câmera multispectral

Condição de Pagamento

À vista via transferência bancária até o dia 17/06/2022

DADOS BANCÁRIOS PARA PAGAMENTO:

Nuvem UAV Industria de Aeronaves Ltda.

CNPJ: 14.854.552/0001-71

Banco Itaú

Ag 0050

C/C 48979-8

PIX: 14.854.552/0001-71

Banco do Brasil

Ag. 7655-4

C/C 332-8

Prazo de Entrega

10 dias

Figure 1 is a line graph showing the percentage of total catch versus the number of hauls for three species: *P. setiferus*, *P. setiferus* + *P. setiferus* + *P. setiferus*, and *P. setiferus* + *P. setiferus* + *P. setiferus*. The x-axis is labeled 'Number of hauls' and ranges from 0 to 10. The y-axis is labeled 'Percentage of total catch' and ranges from 0 to 100. The graph shows that *P. setiferus* + *P. setiferus* + *P. setiferus* has the highest percentage of total catch, followed by *P. setiferus*, and then *P. setiferus* + *P. setiferus* + *P. setiferus*.

70 / 6

Responsável

Roberto Ruy
roberto@nuvem-uav.com
(018) 99764-6668

Cláusulas Gerais:

- a. Trata-se de um equipamento de alta performance e de alta precisão munido de um sistema operacional seguro para desenvolvimento de diversas operações de campo, captação de imagens e processamento de dados conforme a especificação de cada produto.
- b. A compra do equipamento não contempla os softwares de processamento dos dados de voo (imagens e dados de navegação), os quais deverão ser adquiridos de forma separada, sendo responsabilidade exclusiva do Cliente a aquisição dos softwares e programas adequados para a finalidade desejada.
- c. Com a assinatura deste documento, o Cliente declara-se ciente da existência de políticas relacionadas ao equipamento. Política de Garantia, Política de Envio do Equipamento, Política de Assistência Técnica, Política de Suporte Técnico e Política de Treinamento que estão disponíveis em <http://docs.nuvemuav.com>. Sendo de inteira responsabilidade do Cliente seguir todas as recomendações especificadas nesses documentos.
- d. O produto é montado sob medida a partir do pedido do cliente. Após a montagem não é possível aproveitar peças ou desfazer a montagem do equipamento. Dessa forma, com a assinatura deste documento o Cliente confirma a compra do produto nas especificações retro dispostas, ficando estritamente vinculando ao seu pedido, não podendo ocorrer desistência da compra ou alteração nas especificações.
- e. O Cliente a título de sinal, realizará o pagamento disposto no campo Forma de Pagamento – Valor do Sinal, na data da assinatura deste documento ou no prazo especificado neste documento.
- f. É permitido ao Fabricante rescindir o presente documento, se o Cliente não realizar o pagamento do sinal até a data avençada, conforme item acima.
- g. O valor pago a título de sinal não será ressarcido no caso de desistência.
- h. O Fabricante somente entregará o equipamento com a realização do pagamento do drone conforme disposto no item Forma de Pagamento.
- i. Em caso de não pagamento da quantia restante, também não haverá ressarcimento dos valores já pagos a título de sinal, e bem por isso, não ocorrerá a entrega do produto.
- j. Menciona-se que caso o valor do sinal não seja suficiente para arcar com as perdas e danos do Fabricante, o Cliente, ainda poderá sofrer cobrança de eventuais valores que o Fabricante teve com a montagem do equipamento nas especificações adquiridas pelo Cliente.
- k. Vendedor e/ou Fabricante se comprometem a entregar o equipamento em perfeitas condições de uso e adequado à finalidade a que se destina, conforme as especificações de desempenho constantes da proposta técnica.
- l. O cliente fica ciente da política de treinamento para performance dos drones e aeronaves, sendo de sua responsabilidade efetuar o treinamento disponibilizado pela empresa Nuvem UAV, compreendendo todas as instruções de uso do produto e suporte.
- m. O Cliente deverá utilizar o produto nos exatos moldes do treinamento. Qualquer dano ao equipamento causado por negligência, imprudência, imperícia ou por uso fora das técnicas constantes no manual de instrução (<http://docs.nuvemuav.com>), não será de responsabilidade do Vendedor ou do Fabricante. Caso o Cliente opte por não realizar o treinamento, será de sua inteira responsabilidade qualquer dano que vier a ocorrer, situação que afasta a garantia do produto.
- n. É responsabilidade exclusiva do Cliente o respeito às normas do Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), bem como das disposições da circular 21/10 da Aeronáutica, ou de qualquer outra norma aplicável aos equipamentos VANT e seus usos e fins. Vendedor e Fabricante não têm qualquer responsabilidade sobre o uso do equipamento adquirido pelo Cliente.
- o. Qualquer interferência no produto realizada pelo cliente sem a orientação ou suporte da empresa Nuvem UAV é de sua exclusiva responsabilidade, ciente de que não deve tentar abrir compartimentos ou desmontar peças, seja por conta própria ou qualquer outro técnico ou empresa de assistência não autorizada, situação que afasta a garantia

do produto.

- p. Dúvidas e pedidos de assistência devem ser enviados diretamente ao suporte da Nuvem UAV.
- q. O não pagamento acarretará a incidência de juros moratórios em 1% a.m. sobre o valor avençado e atualização monetária, bem como pagamento de despesas extras de cobrança e honorários advocatícios.
- r. Ficará protegido os direitos autorais do Fabricante referente os projetos, componentes, softwares e demais componentes do equipamento, não podendo o Cliente copiar partes do produto, utilizar peças não aprovadas pelo Fabricante, sob pena de aplicação de multa no valor total do equipamento.

Nicolas Schaedler

Schaedler Serviços Agronômicos Ltda (Agro Santa Angela)

42.158.901/0001-56

72

Licitação

Ambiente: PROCURAÇÃO

Visualizar Inexigibilidade

16/11/2022 10:29:30

Órgão

52121 - COMANDO DO EXERCITO

UASG Responsável

160482 - 1A. BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA/RR

Modalidade de Compra

Nº da Compra

Lei

Artigo

Inciso

Inexigibilidade de Licitação

00009/2022

Lei nº 8.666/1993

Art. 25º

I

Percentual de enquadramento da instituição

10: %

Nº do Processo

Valor Total da Compra (R\$)

Quant. Informada de Itens

Itens Incluídos

Itens Cancelados

64307012146202250

209.948,00

1

1

0

Objeto

Aquisição de Veículo aéreo não tripulado para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva.

Fundamento Legal

Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

Justificativa da Compra sem Licitação

Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21º/06/1993.

Reconhecimento da Compra

Data do Reconhecimento

10/11/2022

CPF do Responsável

Nome

ADRIANO MARTINS SOUZA

Função

Ordenador de Despesas

Ratificação da Compra

Data da Ratificação

10/11/2022

CPF do Responsável

Nome

MARCELO LORENZINI ZUCCO

Função

Comandante da 1ª Brigada de

Publicação da Compra

Data da Publicação

17/11/2022

CPF do Responsável

Nome

ADRIANO MARTINS SOUZA

Função

Ordenador de Despesas

Empenho Referente ao Contrato com a Imprensa Nacional

UG

Gestão

Empenho

Itens Nova Pesquisa de Compras

Validação



**COMANDO LOGÍSTICO
CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2022 - UASG 160069

Nº Processo: 65492.005045/2022-92.

Pregão Nº 18/2022. Contratante: CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO.

Contratado: 10.376.703/0001-53 - FOCO AUTOMOVEIS EIRELI. Objeto: Aquisição de viaturas.

Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 11/11/2022 a 05/11/2023. Valor Total: R\$ 770.307,00. Data de Assinatura: 11/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 17/11/2022)

EXTRATO DE CONTRATO Nº 76/2022 - UASG 160069

Nº Processo: 65492.005021/2022-95.

Pregão Nº 26/2021. Contratante: CENTRO DE OBTENÇÕES DO EXÉRCITO.

Contratado: 54.274.133/0001-02 - VIBRA ENERGIA S.A. Objeto: Aquisição de querosene de aviação.

Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 04/11/2022 a 03/11/2023. Valor Total: R\$ 19.825.760,97. Data de Assinatura: 04/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 17/11/2022)

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 8/2022 - UASG 160069

Nº Processo: 54489023752202174. Objeto: Aquisição de munição leve. Total de Itens Licitados: 00003. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Conforme previsto na hipótese do Art. 25, Inciso I, da Lei nº 8.666/93, sendo a CBC fabricante exclusiva do objeto. Declaração de Inexigibilidade em 16/11/2022. DAVID VIEIRA DE MATOS JUNIOR, Chefe da Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos do Coex. Ratificação em 17/11/2022. EDUARDO ANTONIO FERNANDES, Comandante Logístico. Valor Global: R\$ 19.291.045,00. CNPJ CONTRATADA: 57.494.031/0001-63 COMPANHIA BRASILEIRA DE CARTILHOS.

(SIDEI - 17/11/2022) 160069-16006-2022NE000201

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 26/2022 - UASG 160069

Nº Processo: 64478002142202200. Objeto: Serviços continuados de assistência técnica, treinamento e manutenção até O 4º nível, compreendendo revisão geral, reparo, inspeção, calibração e teste, incluindo a troca direta, em motores modiais acessórios peças avulsas e ferramenta de fabricação Safran. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: A empresa contratada é fornecedora exclusiva do material. Declaração de Inexigibilidade em 16/11/2022. DAVID VIEIRA DE MATOS JUNIOR, Chefe da Divisão de Aquisições, Licitações e Contratos do Centro de Obtenções do Exército. Ratificação em 17/11/2022. EDUARDO ANTONIO FERNANDES, Comandante Logístico. Valor Global: R\$ 87.500.000,00. CNPJ CONTRATADA: 48.090.120/0001-53 SAFRAN HELICOPTER ENGINES INDUSTRIA E COMERCIO DO BRASIL LTDA.

(SIDEI - 17/11/2022) 160069-16006-2022NE000201

**COMANDO MILITAR DA AMAZÔNIA
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA**

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2022 - UASG 160482

Nº Processo: 60215.006811/2021-63.

Pregão Nº 36/2021. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA.

Contratado: 04.819.323/0001-62 - KAELE LTDA. Objeto: Serviço de locação de veículos. Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 19/07/2022 a 18/07/2023. Valor Total: R\$ 19.040,00. Data de Assinatura: 19/07/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 17/11/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 15/2022 - UASG 160482 - CMDO 1A BDA INF SL

Nº Processo: 60215.006811/2021-63.

Pregão Nº 36/2021. Contratante: COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA.

Contratado: 04.819.323/0001-62 - KAELE LTDA. Objeto: Serviço de locação de veículos. Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 19/07/2022 a 18/07/2023. Valor Total: R\$ 19.040,00. Data de Assinatura: 19/07/2022.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 9/2022 - UASG 160482

Nº Processo: 64307012146202150. Objeto: Aquisição de Veículo aéreo não tripulado para utilização do Grupo de Operações de Inteligência da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: Art. 25º, Inciso I da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Declaração de Inexigibilidade em 10/11/2022. ADRIANO MARTINS SOUZA, Ordenador de Despesas. Ratificação em 10/11/2022. MARCELO LORENZINI ZUCCO, Comandante da 1ª Brigada de Infantaria de Selva. Valor Global: R\$ 209.948,00. CNPJ CONTRATADA: 14.354.552/0001-71 NUVEIM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA.

(SIDEI - 17/11/2022) 160482-00001-2022NE000001

2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CHAMADA PÚBLICA Nº 1/2021**

Por intermédio da 2ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA, com sede em São Gabriel da Cachoeira - AM, inscrita no CNPJ sob o nº 09.573.215/0001-76, neste ato representado pelo Sr. KENZO YOTSUI - Ten Cel, nomeado Ordenador de Despesas pelo BI Nº 33 do 16 de fevereiro de 2022, do Cmdo da 2ª Brigada de Infantaria de Selva, torna público o resultado do julgamento, para aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar e demais beneficiários, no qual sagraram-se vencedoras as seguintes empresas: ASSOCIAÇÃO INDÍGENA DA ETNIA TUPYUKA MORADORES DE SÃO GABRIEL DA CACHOEIRA - AIETUM - SGC, CNPJ: 41.101.357/0001-43, nos itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14,15,16,17 e 18 no valor total de R\$ 222.774,86; Sr. JOÃO BOSCO MARQUES DE LIMA, CPF: 011.860.212-62, nos itens: 2,8,16 e 17 no valor total de R\$ 12.252,40; Sr. ALAIDE PEREIRA AZEVEDO, CPF: 866.667.542-04, nos itens: 1, 5, 6, 7, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15 e 18 no valor de R\$ 23.373,15. Fundamento Legal: Lei nº 12.512, de 14 de outubro de 2011. Visto do processo: Área Militar Capitão Nobuo Oba - S/N, Bairro: Cachoeirinha, São Gabriel da Cachoeira - AM, 69.750-000, na Assessoria Jurídica, nos dias úteis das 09:00h às 12:00h ou através de solicitação via e-mail: assajur@2bdainf.clb.mil.br.

KENZO YOTSUI - Ten Cel
Ordenador de Despesas

**17ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
COMANDO DE FRONTEIRA DO ACRE / 4ª BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA**

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 17/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65533009225202292. Objeto: Contratação de serviços clínicos e ambulatoriais nas especialidades de Urologia e Cirurgia Geral. Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: É inexistível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 16/11/2022. FELIPE JOSE FERREIRA DE GÓES, Ordenador de Despesas. Ratificação em 16/11/2022. GUILHERME NAVES PINHEIRO, Comandante do Cmdo Fron Ac/4º Bis. Valor Global: R\$ 100.000,00. CNPJ CONTRATADA: 05.005.227/0001-04 CENTRO DE LITOTRIPSIA DO ACRE LTDA.

(SIDEI - 17/11/2022) 160002-00001-2022NE000001

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 19/2022 - UASG 160002

Nº Processo: 65523009058202235. Objeto: Contratação de serviços clínicos e ambulatoriais nas especialidades de Clínica Médica, Cardiologia, Pediatria e Exames complementares de Imagem Total de Itens Licitados: 00001. Fundamento Legal: Art. 25º, Caput da Lei nº 8.666 de 21/06/1993. Justificativa: É inexistível a licitação quando houver inviabilidade de competição. Declaração de Inexigibilidade em 16/11/2022. FELIPE JOSE FERREIRA DE GÓES, Ordenador de Despesas. Ratificação em 16/11/2022. GUILHERME NAVES PINHEIRO, Comandante do Cmdo Fron Ac/4º Bis. Valor Global: R\$ 80.000,00. CNPJ CONTRATADA: 42.405.914/0001-56 VERS CLINICA CARDIOLOGICA LTDA.

(SIDEI - 17/11/2022) 160002-00001-2022NE000001

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 33/2022 - UASG 160002

Número do Contrato: 29/2021.

Nº Processo: 65523.011756/2021-10.

Pregão Nº 13/2021. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 24.538.295/0001-07 - AGNUS TOUR VIAGEM E TURISMO - EIRELI. Objeto: Contratação de serviço continuado de agenciamento de viagens e contratação de taxi aéreo para prestação de serviços de transporte aéreo não regulamentar. Vigência: 08/11/2022 a 08/11/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 36.002,40. Data de Assinatura: 27/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 27/10/2022).

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 32/2022 - UASG 160002

Número do Contrato: 30/2021.

Nº Processo: 65523.011756/2021-10.

Pregão Nº 13/2021. Contratante: COMANDO DE FRONTEIRA ACRE/4 BIS. Contratado: 09.215.207/0001-58 - MERU VIAGENS EIRELI. Objeto: Contratação de serviço continuado de agenciamento de viagens e contratação de taxi aéreo na prestação dos serviços de transporte aéreo não regulamentar. Vigência: 08/11/2022 a 08/11/2023. Valor Total Atualizado do Contrato: R\$ 400.002,00. Data de Assinatura: 27/10/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 27/10/2022).

54ª BATALHÃO DE INFANTARIA DE SELVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 4/2022 - UASG 160005

Nº Processo: 64122.005135/2020-10.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 10/2022 CNPJ Contratante: 09535729000213.

Contratante: 54 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA. CNPJ Contratado:

12.193.375/0001-02. Contratado: GC TELECOMUNICAÇÕES EIRELI ME. Objeto:

contratação de serviços de link de internet dedicada ao PREGÃO 10/2020, da empresa GC TELECOMUNICAÇÕES EIRELI ME. Fundamento Legal: Art. 1º da Lei 10.520/02. Vigência: 17/11/2022 a 17/11/2023. Valor Total: R\$57.600,00. Data de Assinatura: 09/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 17/11/2022).

EXTRATO DE CONTRATO Nº 4/2022 - UASG 160005

Nº Processo: 64122.005135/2020-10.

Pregão Nº 4/2022. Contratante: 54 BATALHAO DE INFANTARIA DE SELVA.

Contratado: 12.193.375/0001-02 - G C TELECOMUNICAÇÕES EIRELI. Objeto: Prestação de serviços de link de internet dedicada.

Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 17/11/2022 a 17/11/2023. Valor Total: R\$ 57.600,00. Data de Assinatura: 09/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 17/11/2022).

2º GRUPAMENTO DE ENGENHARIA

6ª BATALHÃO DE ENGENHARIA DE CONSTRUÇÃO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 19/2022 - UASG 160353

Nº Processo: 03650.039010/2021-55.

Pregão Nº 81/2022. Contratante: 6 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO.

Contratado: 03.470.727/0041-18 - FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA. Objeto: Aquisição de veículo automotor.

Fundamento Legal: Lei 10.520 / 2002 - Artigo: 1. Vigência: 17/11/2022 a 17/11/2023. Valor Total: R\$ 230.000,00. Data de Assinatura: 17/11/2022.

(COMPRASNET 4.0 - 17/11/2022).

COMISSÃO REGIONAL DE OBRAS / 12ª REGIÃO MILITAR

**RESULTADO DE JULGAMENTO
TOMADA DE PREÇOS Nº 3/2022**

A Comissão de Licitação torna público o resultado da Licitação supracitada, processo nº 64333001888202232. EVOLUTEMP SERVICOS & INSTALACOES LTDA, CNPJ 64.126.721/0001-52 para item 1 valor R\$546.410,1800.

MAURO JULIANO BITTENCOURT DE ALBUQUERQU
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

(SIDEI - 17/11/2022) 150017-00001-2022NE000001

**RESULTADO DE JULGAMENTO
CONCORRÊNCIA Nº 4/2022**

A Comissão de Licitação torna público o resultado da Licitação supracitada, processo nº 64333004080202215. MLOBATO ENGENHARIA LTDA, CNPJ 24.342.072/0001-85 para item 1 valor R\$3.818.801,7800.

MAURO JULIANO BITTENCOURT DE ALBUQUERQU
Presidente da Cpl

(SIDEI - 17/11/2022) 160017-00001-2022NE000001



1. The first part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various positions of the Board of Directors of the Corporation.



79

Ministério da Economia
Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital
Secretaria de Gestão

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins previstos na Lei nº 8.666, de 1993, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 14.854.552/0001-71 DUNS®: 901173791
Razão Social: NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA.
Nome Fantasia: NUVEM UAV
Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 18/11/2022
Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
MEI: Não
Porte da Empresa: Micro Empresa

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
Impedimento de Licitar: Nada Consta
Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	16/01/2023
FGTS	Validade:	01/12/2022
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	02/05/2023

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	20/01/2023
Receita Municipal	Validade:	27/11/2022

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 31/05/2023



TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

75

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 18/11/2022 09:43:06

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA.**
CNPJ: **14.854.552/0001-71**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e

racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

Data e hora da consulta: 21/11/2022 10:56

Usuário: ***.398.247-**

Impressão Completa

Nota de Empenho

UG Emitente

Código	Nome	Moeda
160482	COMANDO/1A BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA	REAL - (R\$)
CNPJ	Endereço	CEP
09.569.314/0001-84	AV MARQUÊS DE POMBAL S/N, QUADRA 1, SMMR, 13 DE SETEMBRO	69308-515
Município	UF	Telefone
BOA VISTA	RR	(095)3198-2373

Ano	Tipo	Número
2022	NE	1323

Célula Orçamentária

Esfera	PTRES	Fonte de Recurso	Natureza da Despesa	UGR	Plano Interno
1	192324	0100000000	449052	110407	A1DTDEFCTRL

Data de Emissão	Tipo	Processo	Taxa de Câmbio	Valor
18/11/2022	Ordinário	64307012146202250	0,0000	209.948,00

Favorecido

Código	Nome	CEP
14.854.552/0001-71	NUVEM UAV INDUSTRIA DE AERONAVES LTDA.	19053-250
Endereço		
VICENTE FURLANETTO 765 JARDIM RIO 400		
Município	UF	Telefone
PRESIDENTE PRUDENTE	SP	

Amparo Legal

Código	Modalidade de Licitação			
93	INEXIGIBILIDADE			
Ato Normativo	Artigo	Parágrafo	Inciso	Alinea
LEI 8.666 / 1993	25	-	I	-

Descrição

GOI - AQS DE DRONE CONF DIEX 126 DE 6OUT22. INEX 09/2022. 2022NC016439-04OUT22. JORGE FELIPE.

Local da Entrega

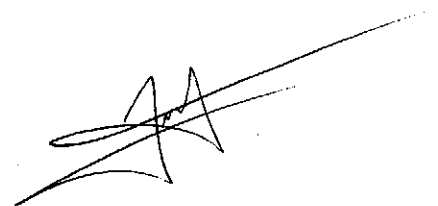
1 BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA - BRIGADA LOBO D ALMADA

Informação Complementar

16048207000092022 - UASG Minuta: 160482

Sistema de Origem

COMPRASNET-ME



Data e hora da consulta: 21/11/2022 10:56
Usuário: ***.398.247-**
Impressão Completa

Nota de Empenho

Lista de Itens

Natureza de Despesa	Total da Lista
449052 - EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	209.948,00

Subelemento 33 - EQUIPAMENTOS PARA AUDIO, VIDEO E FOTO

Seq.	Descrição	Valor do Item
001	Item compra: 00001 - AERONAVES TELEGUIADAS, TIPO AERONAVE REMOTAMENTE PILOTADA (DRONE ASA FIXA), QUANTIDADE MOTORES 5 MOTORES (4 ELÉTRICOS E 1 COMBUSTÃO), TAMANHO DIAGONAL 36000 MM, PESO MÁXIMO 25000 G, VELOCIDADE ASCENSÃO VERTICAL 17,78 M/S, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS SENSOR AEROGRÁFICO E MULTIESPECTRAL, CAMERA EOLWI R	209.948,00

Data	Operação	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
18/11/2022	Inclusão	1,00000	209.948,0000	209.948,00

Assinaturas

Ordenador de Despesa

ADRIANO MARTINS SOUZA

***.719.228-**

18/11/2022 12:22:30

Responsável pela Nota de Empenho

LEONARDO TEIXEIRA OLIVEIRA

***.235.571-**

18/11/2022 11:40:39

Josiel Alves de Sousa Júnior
Idt 010074315-2 MD/EB

1. The first part of the document is a list of the names of the persons who have been appointed to the various offices of the city government. The names are listed in alphabetical order, and each name is followed by the office to which he or she has been appointed.



MINISTÉRIO DA DEFESA
EXÉRCITO BRASILEIRO
1ª BRIGADA DE INFANTARIA DE SELVA
(Grupamento de Unidade Escola – 1945)
BRIGADA LOBO D'ALMADA

78/4

TERMO DE ENCERRAMENTO DE PROCESSO

Processo: Inexigibilidade de Licitação Nr 10/2022

Processo Administrativo 64307.012146/2022-50

OBJETO: Aquisição de Drone

Aos 21 dias do mês de Novembro de 2022, por ordem do Sr Ordenador de Despesas do Comando da 1ª Brigada de Infantaria de Selva, lavrei o presente termo de encerramento do Processo Administrativo NUP 64307.012146/2022-50, que tem por finalidade a Inexigibilidade de Licitação para a aquisição de Drone, na forma do Art. 25. Inciso I, da Lei nº 8.666/93 e que tem como primeira folha a de Nr 01 e como última a de Nr 28, que corresponde a este termo, dando por encerrada a juntada de documentos do referido processo.

Quartel-General em Boa Vista, RR. 21 de NOVEMBRO de 2020.

JORGE FELIPE BARBOSA DA SILVA - 3º Sgt
Aux. Seção de Aquisições e Contratos